



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA DE FORMAÇÃO SUPERIOR NO PARÁ – FORMAPARÁ

CAROLINE BRITO DA ROCHA

GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: UMA ÊNFASE NAS CAPACIDADES
GOVERNATIVAS EM CURUÁ – PARÁ

ALENQUER – PARÁ
2025

CAROLINE BRITO DA ROCHA

**GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: UMA ÊNFASE NAS CAPACIDADES
GOVERNATIVAS EM CURUÁ – PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), como requisito para obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros

**ALENQUER – PARÁ
2025**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Sistema
Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

R672g Rocha, Caroline Brito da
Gestão pública municipal: uma ênfase nas capacidades governativas em Curuá - Pará. /
Caroline Brito da Rocha. - Alenquer, 2025.
95 p. : il.
Inclui bibliografias.
Orientador: Márcio Júnior Benassuly Barros.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará,
Instituto de Ciências da Sociedade, Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento
Regional.

1. Gestão Pública. 2. Capacidades Governativas. 3. Município. 4. Curuá (PA). I. Ba- rros,
Márcio Júnior Benassuly, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 352.16098115


CAROLINE BRITO DA ROCHA

**GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: UMA ÊNFASE NAS CAPACIDADES
GOVERNATIVAS EM CURUÁ – PARÁ**


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), como requisito para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Márcio Júnior Benassuly Barros.

Conceito: 9,5


Data de Aprovação: 16/04/2025

Documento assinado digitalmente
 **MARCIO JUNIOR BENASSULY BARROS**
Data: 20/05/2025 22:15:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros (UFOPA - Orientador)

Documento assinado digitalmente
 **MARCIA JANETE DA CUNHA COSTA**
Data: 21/05/2025 09:24:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Msc Márcia Janete da Cunha Costa (UFOPA – Santarém)

Documento assinado digitalmente
 **GABRIEL AUGUSTO NOGUEIRA DOS SANTOS**
Data: 21/05/2025 11:27:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Msc. Gabriel Augusto Nogueira dos Santos (NAEA/UFPA)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, fonte de toda sabedoria e força, que me guiou durante todo esse processo. Sua presença em minha vida me proporcionou a capacidade de superar desafios e encontrar a perseverança necessária para concluir este trabalho com êxito. Sem Ele, nada disso seria possível.

Aos meus pais, Marlene e José, não tenho palavras suficientes para expressar minha gratidão. Vocês foram fundamentais em todos os momentos dessa jornada. Agradeço por todo amor, carinho, paciência, apoio e incentivo. Sempre acreditaram em mim e me impulsionaram a seguir em frente, mesmo quando eu duvidava de minhas próprias capacidades. O sacrifício e o esforço que fizeram por mim ao longo dos anos nunca passarão despercebidos. Este trabalho é uma pequena parte do que devo a vocês, minha eterna inspiração.

Aos meus irmãos, Maiara e João Paulo, meu agradecimento é repleto de carinho. Cada um de vocês esteve presente, oferecendo palavras de apoio, compreensão e motivação.

Ao meu esposo, Fábio, minha eterna gratidão por seu amor, compreensão e apoio incondicional. Durante toda a elaboração deste TCC, você foi meu pilar, sempre presente, oferecendo não só seu tempo, mas também sua paciência e dedicação. Seu auxílio na construção final deste trabalho foi imprescindível, e sua fé em minha capacidade nunca deixou de me encorajar. O sucesso desta etapa também é seu, e compartilho com você todas as minhas conquistas.

Agradeço ao meu orientador professor Márcio pela motivação, paciência e orientação durante toda a elaboração deste trabalho. Sua dedicação e compromisso com meu crescimento acadêmico foram fundamentais para que eu pudesse alcançar meus objetivos. Agradeço por acreditar em mim, mesmo nos momentos em que eu me sentia insegura, e por sempre me incentivar a buscar o melhor.

Ao Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/ UFOPA/ CNPQ) pela atuação como bolsista voluntária no período de 01/09/2022 a 31/08/2023 no plano de trabalho, *fortalecendo as capacidades governativas da gestão pública municipal em Curuá – Pará*, tendo como orientador o Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros.

Meus agradecimentos à instituição de ensino, aos professores da Ufopa, que ensinaram e contribuíram para meu desenvolvimento acadêmico. Cada um de vocês deixou uma marca importante na minha trajetória, a todos que, de alguma forma, contribuíram para o sucesso desta jornada, meu mais sincero agradecimento.

EPIGRAFE

*"Os príncipes devem ser preparados para serem cruéis quando necessário, e, se forem sábios, usarão a crueldade com moderação para garantir a estabilidade do governo."
MAQUIAVEL, 2002).*

RESUMO

A pesquisa de Conclusão de Curso, aborda a ocupação histórica e a gestão pública municipal de Curuá, um município localizado no estado do Pará. O município foi fundado com a missão Baré em 1694, passou por uma segunda fase de povoamento em 1848, e foi oficialmente criado como vila em 1900, sendo emancipado como município em 1995. A pesquisa tem como objetivo analisar as capacidades governativas da gestão pública em Curuá, abordando aspectos históricos, institucionais e as variáveis de recursos humanos, habitação, transporte, agropecuária, meio ambiente, gestão de desastres e enfrentamento da COVID-19. A metodologia utilizada foi mista, combinando pesquisa quantitativa, com dados do IBGE, e qualitativa, com revisão bibliográfica. A estrutura do trabalho é dividida em três capítulos: o primeiro apresenta a teoria sobre gestão pública e capacidades governativas; o segundo discute a formação histórica e institucional de Curuá; e o terceiro analisa as capacidades governativas do município nas diversas áreas mencionadas. O estudo conclui que Curuá, apesar de ser um município pequeno e com uma economia restrita, tem mostrado progressos em sua gestão pública, com desafios a serem superados, especialmente nas áreas de infraestrutura e saúde, como evidenciado pela pandemia de COVID-19.

Palavras-Chave: Capacidades Governativas; Gestão Pública; Município; Curuá.

ABSTRACT

The final research study addresses the historical occupation and municipal public management of Curuá, a municipality located in the state of Pará. The municipality was founded by the Baré mission in 1694, underwent a second phase of settlement in 1848, and was officially created as a village in 1900, being emancipated as a municipality in 1995. The research aims to analyze the government capacities of public management in Curuá, addressing historical and institutional aspects and the variables of human resources, housing, transportation, agriculture, environment, disaster management and coping with COVID-19. The methodology used was mixed, combining quantitative research, with data from IBGE, and qualitative, with a bibliographic review. The structure of the work is divided into three chapters: the first presents the theory on public management and government capacities; the second discusses the historical and institutional formation of Curuá; and the third analyzes the government capacities of the municipality in the various areas mentioned. The study concludes that Curuá, despite being a small municipality with a restricted economy, has shown progress in its public management, with challenges to be overcome, especially in the areas of infrastructure and health, as evidenced by the COVID-19 pandemic.

Key words: Government Capabilities; Public Management; Municipality; Curuá;

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Estrutura Populacional do Município de Curuá.....	24
Gráfico 2: Cadastro Único (CadÚnico).....	25
Gráfico 3: Receitas e Despesas (2017-2020).....	44
Gráfico 4: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.....	45
Gráfico 5: Evolução do Repasse de ICMS Verde.....	46
Gráfico 6: Transferências da União (2017-2020).....	46
Gráfico 7: Receitas Municipais (2016-2022).....	47
Gráfico 8: Transferências Constitucionais ICMS, IPI, IPVA, FUNDEB-ICMS- IPVA.....	48
Gráfico 9: Composição do Quadro de Pessoal da Administração Direta.....	53
Gráfico 10: Número de Veículos 2014 e 2023.....	61

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Curuá.....	21
Figura 2: Mapa do município	21
Figura 3: Prefeitura de Curuá.....	42
Figura 4: Terminal Hidroviário de Passageiros Curuá-Pará.....	61
Figura 5: Reunião do Comitê de crise mudanças de restrições do combate à pandemia.....	74

LISTA DE SIGLAS

AG - Agência

CADÚNICO - Cadastro Único

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

DENUTRAN - Departamento Municipal de Trânsito

ESF - Estratégia Saúde da Família

FAMEP - Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará

FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

FIC - Ficha Financeira

FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social

FMMA - Fundo Municipal de Meio Ambiente

FMS - Fundo Municipal de Saúde

FINBRA - Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios

FUNDAM - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercado e Prestação de Serviços

IPCA - Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo

IPIP - Imposto sobre Produtos Industrializados

IRRF - Imposto sobre a Renda de Pessoas Físicas

ISS - Imposto sobre Serviços

ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis

IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis

ITR - Imposto sobre a Transmissão de Renda

LOA - Lei Orçamentária Anual

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PEAAF - Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar

PEV - Programas de Estímulo à Vocação

PIB - Produto Interno Bruto

PNATE - Programa Nacional de Transporte Escolar

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPA - Plano Plurianual

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

RIBA - Região de Integração Baixo Amazonas

SECULT - Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo

SEMED - Secretaria Municipal de Educação

SEMIT - Secretaria Municipal de Infraestrutura, Turismo e Saneamento

SEMAS - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

SEMAPF - Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

SEPESCA - Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura

SEFA - Secretaria de Estado da Fazenda

SUS - Sistema Único de Saúde

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

UBS - Unidade Básica de Saúde

VA - Valor Adicionado

COVID-19 - Coronavírus

PSB - Programa Saúde Bucal

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PEV – Perfil Vocacionais dos Municípios Paraenses

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
CAPITULO 1 - GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E CAPACIDADES GOVERNATIVAS.....	4
1. 1. Gestão pública municipal.....	4
1. 2. A Evolução da Administração Pública no Brasil: Da Colônia à Gestão Moderna.....	8
1. 3. A Constituição de 1988 e a Descentralização.....	11
1. 4. Capacidades governativas.....	14
CAPITULO 2 – FORMAÇÃO HISTÓRICA E INSTITUCIONAL MUNICIPAL EM CURUÁ – PARÁ.....	20
2. 1. Formação histórica em Curuá – Pará.....	20
2. 2. Formação institucional municipal em Curuá – Pará.....	33
CAPITULO 3 – CAPACIDADES GOVERNATIVAS DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM CURUÁ – PARÁ.....	41
3.1 Informações da prefeitura.....	41
3.2 Recursos humanos.....	48
3.3 Habitação.....	53
3.4 Transporte.....	57
3.5 Agropecuária.....	61
3.6 Meio ambiente.....	65
3.7 Gestão de desastres.....	67
3.8 COVID-19.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICAS.....	78

INTRODUÇÃO

A ocupação histórica do município de Curuá, situado no estado do Pará, remonta à fundação da missão Baré pelos padres Franciscanos Capuchos da Piedade em 1694. A segunda fase de povoamento ocorreu por volta de 1848, através do Tenente Raimundo Simões. Em 23 de março de 1900, a vila de Curuá foi oficialmente projetada e criada pelo Senador Fulgêncio Simões, sendo sua instalação realizada em 15 de agosto de 1900 pelo intendente de Alenquer, Tenente Coronel Josino Cardoso Monteiro. Em 03 de dezembro de 1995, a vila foi emancipada, passando a ser denominada município de Curuá.

Localizado a 736 km da capital do estado, Belém, o município de Curuá ocupa as coordenadas geográficas de latitude -1.856239 e longitude -55.093449. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB per capita do município em 2020 foi de R\$ 9.612,22. Curuá é caracterizado por um baixo potencial de consumo e uma influência limitada sobre os municípios vizinhos. Em comparação com outros municípios de porte semelhante, apresenta um desempenho econômico aquém das expectativas, sendo considerada uma localidade com um desenvolvimento comercial restrito.

O município está situado na calha norte do estado do Pará, pertencendo à microrregião da cidade de Santarém. Curuá é um município de pequeno porte, com uma população superior a 14 mil habitantes, conforme o Censo 2020 do IBGE. Banhada pelo Rio Curuá, a cidade preserva uma característica ribeirinha e mantém um estilo de vida provinciano. A economia local tem como pilares a pesca, com significativo impacto econômico, e o transporte fluvial, que representa um dos principais meios de acesso ao município. As cidades mais próximas de Curuá são Óbidos, a 42 km de distância, e Alenquer, situada a 45 km.

Em 1900, Curuá foi elevada à categoria de vila, e em 1935, passou a integrar o município de Alenquer como distrito. Somente em 1995, após sua emancipação, a localidade adquiriu a categoria de cidade.

Objetivo geral da pesquisa foi analisar as capacidades governativas da gestão pública municipal em Curuá – Pará. Os objetivos específicos foram; a) analisar as bases conceituais sobre gestão pública municipal e capacidades governativas; b) analisar a formação histórica e institucional municipal em Curuá – Pará; c) analisar as capacidades governativas da gestão pública municipal em Curuá – Pará, nas variáveis, recursos humanos, habitação, transporte, agropecuária, meio ambiente, gestão de desastres e COVID-19.

A metodologia da presente pesquisa utilizou o método misto (quantitativo e qualitativo) no estudo. No método quantitativo foi feito um levantamento de informações da

Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC 2020) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), complementado com demais pesquisa documental do município de Curuá. Quanto ao emprego do método qualitativo, ocorreu através de pesquisa bibliográfica sobre a temática.

O trabalho está estruturado em três capítulos, além da introdução e das considerações finais.

No capítulo um intitulado, *Gestão pública municipal e capacidades governativas* são apresentadas as bases conceituais da pesquisa.

No capítulo dois intitulado, *Formação histórica e institucional municipal em Curuá– Pará*, são apresentados elementos do desenvolvimento histórico e institucional municipal.

No capítulo três intitulado, *Capacidades governativas da gestão pública municipal em Curuá – Pará*, são apresentados os resultados de pesquisa nas variáveis nas variáveis, recursos humanos, habitação, transporte, agropecuária, meio ambiente, gestão de desastres e COVID-19.

Por fim são apresentadas as considerações finais a síntese da pesquisa.

CAPITULO 1 - GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E CAPACIDADES GOVERNATIVAS

1. 1. Gestão pública municipal

A administração está presente desde os inícios da civilização. Desde que os seres humanos se organizaram em grupos para que alcançar os objetivos comuns, como caçar, coletar alimentos, construir abrigos ou também de proteger a comunidade, surgiu a necessidade de coordenação e divisão de tarefas.

Nos primeiros momentos, tudo foi feito de maneira rudimentar, por seus líderes, que criaram diretrizes e distribuíram responsabilidades. Com o tempo, conforme as sociedades evoluíam, a administração tornava mais complexas com métodos mais estruturados, principalmente com o surgimento de Cidades-Estados. As primeiras evidências de práticas administrativas podem ser rastreadas na Suméria, no Egito Ptolomaico, na China antiga e na Idade Média, destacando a evolução das estratégias de organização e governança ao longo da história. (GOMES,2005).

Segundo a *Enciclopédia Mirador Internacional* (Antônio Houaiss, 1986, p. 112), as primeiras formas de administração podem ser identificadas na Suméria, a civilização mais antiga do mundo. Os sumérios, em sua busca por soluções para os problemas do cotidiano, desenvolveram uma série de práticas organizacionais que tinham o intuito de otimizar a produção agrícola e também resolver as disputas territoriais. Neste contexto em que os recursos eram limitados e a população crescente, a administração desenvolveu um papel importante para a construção de um sistema econômico e social mais eficiente. (GOMES,2005).

No Egito Ptolomaico, que se estendeu do século IV ao primeiro século a.C., a administração se apresentava como um sistema bastante estruturado, essencial para criar um império grande e hermético. O Estado egípcio necessitava de uma administração constante e organizada para assegurar a arrecadação de impostos, o armazenamento de grãos, a distribuição de recursos e a criação de grandes obras públicas, como as pirâmides e também os templos. Os governantes egípcios, além de sua autoridade política, tinham uma função administrativa importante para a manutenção da ordem e da prosperidade do império. (GOMES, 2005).

Durante a Dinastia Zhou (aproximadamente 500 a.C.), na China, a importância de um governo estruturado para coordenar as grandes terras e populações do Império Chinês conduziu à criação de princípios administrativos que modificaram a prática de governança na região. Mencius (ou Meng-tzu), um dos mais importantes filósofos chineses, alegava que a administração de um império deveria estar focada na moralidade e na habilidade dos governantes para garantir o bem-estar do povo. Além disso, a criação do "Chow", uma série de

regulamentos sobre governança, e as Regras de Administração Pública de Confúcio foram importantes para formalizar a organização do império. (GOMES,2005).

Esses princípios destacam a relevância de uma administração pública baseada em valores éticos, princípios hierárquicos e um sistema de coordenação entre governantes e governados. A procura por uma governança eficiente e equitativa é um tema comum nas práticas de administração desde os tempos mais remotos.

Na Idade Média, uma das instituições que mais se evidenciou pelo seu sistema administrativo foi a Igreja Católica. Além de sua função religiosa, a Igreja se tornou uma das organizações mais bem estruturadas do mundo ocidental. Sua administração era hierárquica, com o Papa no topo, seguido por cardeais, arcebispos, bispos e padres. Cada nível da hierarquia possuía funções bem delimitado, permitindo uma administração eficiente de suas propriedades, finanças e de suas preferências ao longo do tempo. (GOMES,2005).

A gestão da Igreja Católica, com seus costumes administrativos rígidos e sua capacidade de ajustar, garantiu sua sobrevivência durante diversas revoluções e tempos de crise. Apesar de quando questões teológicas eram debatidas ou desafiadas, a estrutura administrativa da Igreja se aguentou sólida, explanando uma administração eficaz capaz de atingir seus objetivos, sejam eles espirituais ou materiais.

Outro exemplo claro de administração eficiente vem das organizações militares, que também seguem uma estrutura hierárquica rigorosa. No caso do Exército Brasileiro, por exemplo, a hierarquia começa com o Marechal como comandante superior e vai até o soldado, que ocupa a base da pirâmide. Essa estrutura permite uma organização eficaz, com papéis bem definidos e uma clara distribuição também de responsabilidades.

As organizações militares, assim como a Igreja, também tem um sistema administrativo dirigido para a defesa de interesses próprios ou do Estado, com uma visão clara de objetivos e estratégias a serem conquistado. Além disso, as práticas de gestão no contexto militar não são exclusivas da administração pública, pois muitos conceitos administrativos usados hoje em grandes empresas são inspirados nas técnicas militares. (GOMES,2005).

Um dos textos mais representativo Segundo o Manual do Livro (2025), sobre a organização e administração de estratégias, tanto militares quanto administrativas, é o livro *A Arte da Guerra*, escrito por Sun Tzu por volta do século IV a.C. Sun Tzu compartilhou seus princípios e táticas militares em treze capítulos que abordam estratégias de guerra, como o objetivo, a ofensiva, a surpresa, a concentração de forças, a economia de recursos, a manobra, a segurança, a simplicidade e a unidade de comando.

Esses princípios, que se referem a aspectos do planejamento e execução de uma guerra,

podem ser aplicados também na administração moderna. O planejamento estratégico, como hoje é conhecido nas empresas, compartilha muitos dos conceitos presentes na obra de Sun Tzu, como a importância de definir um objetivo claro, a necessidade de coordenação e adaptação rápida às mudanças e a capacidade de manter a simplicidade nos planos para facilitar a execução. Esse paralelo entre as táticas militares e a administração contemporânea mostra como os princípios da guerra podem ser adaptados para o contexto organizacional, seja no setor público ou privado.

A administração como prática e conceito evoluiu desde ao longo da história, desde os primeiros indícios na Suméria até as complexas organizações e sistemas que conhecemos hoje. As diferentes formas de governança, seja na administração pública, na Igreja Católica ou nas organizações militares, têm em comum o uso de princípios organizacionais que são bem claros, com uma hierarquia clara e estratégias voltadas para a eficiência e o alcance de objetivos.

Os modelos aprendidos com esses exemplos históricos podem também ser aplicadas nas organizações contemporâneas, especialmente nas áreas de planejamento estratégico e gestão organizacional. A administração, como campo de estudo e prática, continua a ser essencial para o sucesso de qualquer organização, pública ou privada, e sua evolução ao longo dos séculos é um testemunho da sua importância para o progresso da civilização humana.

A evolução da Administração e da Administração Pública remonta a diferentes momentos históricos e contextos culturais, refletindo uma grande interação entre as necessidades de governança e o surgimento de estruturas administrativas. Como abordado no texto acima, a Administração tem suas raízes em sistemas antigos, como o do Egito Ptolomaico e do Império Chinês, onde a organização política e econômica demandava práticas administrativas estruturadas para a gestão das grandes terras e recursos. No entanto, a Administração Pública atual passou a se criar com características mais próximas da modernidade a partir do século XVI.

De acordo com a *Enciclopédia Mirador Internacional* (ANTÔNIO HOUAISS, 1986, p. 115), a base histórica da Administração Pública moderna pode ser observada na Dinastia de Avis, em Portugal, por volta do século XVI. Durante esse período, a centralização do poder nas mãos da corte portuguesa foi um marco importante na formação do modelo administrativo. A dinastia de Avis, com o comando supremo do monarca, não enfrentava oposição nem da nobreza nem do clero, o que possibilitou a concentração da política e da administração nas mãos do rei.

A administração do Estado, no contexto português, era profundamente centralizada, o que também permitiu ao monarca controlar todos os aspectos da vida social e econômica do

país. A corte, além de deter o poder político, também era responsável pela gestão do comércio ultramarino, pelas questões militares e pelo controle das finanças. Esse modelo de governo e administração centralizada foi crucial para a definição dos primeiros elementos que viriam a caracterizar a Administração Pública moderna. (GOMES,2005).

A estrutura administrativa do governo português da época era composta por dois mecanismos principais: a organização ministerial e os órgãos colegiados. O modelo ministerial, mais centralizado e próximo do monarca, tratava diretamente das deliberações e execuções das políticas do rei. Já os órgãos colegiados tinham como função auxiliar o monarca, oferecendo soluções e conselhos sobre diversos assuntos do Estado, como justiça, guerra, fazenda e comércio.

No século XVII, já existiam cerca de 12 órgãos colegiados responsáveis por diversas áreas da administração pública. Esses órgãos estavam diretamente subordinados à autoridade real, sendo o Conselho do Rei o principal deles. Composto pelos mais altos funcionários e auxiliares de confiança do monarca, esse conselho desempenhava um papel crucial na definição das políticas do reino, sendo também considerado o órgão mais importante da administração portuguesa da época. (FERNANDES, 2013, p 23).

Esse modelo, que misturava elementos de centralização monocrática com a contribuição dos órgãos colegiados, prefigurava a administração pública moderna, ao mesmo tempo que refletia a concentração de poder em uma figura central. A presença de órgãos colegiados como consultores e a clara divisão de responsabilidades e funções indicavam uma transição de um governo puramente monárquico para uma administração mais sistematizada e com alguma forma de gestão participativa, embora ainda dependente da autoridade real.

O modelo de administração pública presente na Dinastia de Avis em Portugal, com sua centralização e estrutura hierárquica, pode ser considerado uma etapa importante no desenvolvimento da Administração Pública, especialmente quando comparado com os modelos de governança e administração das civilizações antigas, como a da China e do Egito. Embora ainda muito dependente da figura do monarca e dos conselhos de confiança, a Dinastia de Avis já começava a incorporar características administrativas que mais tarde seriam fundamentais para a criação de sistemas públicos de gestão e governança, como a divisão de poderes e a organização por áreas específicas de atuação. (FERNANDES,2013).

Esse modelo não apenas influenciou a Administração Pública em Portugal, mas também serviu como referência para outras nações europeias que estavam passando por processos de centralização e organização do poder durante o Renascimento e a Idade Moderna. No entanto, as diferenças entre o sistema português e as primeiras práticas de Administração Pública na

China e no Egito são evidentes, especialmente no que se refere ao grau de centralização e à maneira como os governantes delegavam funções e responsabilidades. (FERNANDES, 2013).

Assim como observamos ao longo da história, a Administração e a Administração Pública estão profundamente entrelaçadas com as estruturas de poder e governança. No caso do Egito e da China antigas, a necessidade de organizar e administrar grandes impérios foi uma das principais motivações para o desenvolvimento de sistemas administrativos. Já no contexto da Dinastia de Avis em Portugal, o fortalecimento da centralização e o uso de órgãos colegiados para a tomada de decisões marcou o surgimento de uma administração pública mais organizada e sistemática.

O modelo de governo centralizado de Portugal, com sua organização ministerial e colegiados, é um exemplo claro de como a Administração Pública começou a se moldar para lidar com a complexidade crescente das sociedades, mantendo a figura do monarca como autoridade central. Ao mesmo tempo, as práticas de gestão e organização de tarefas específicas, como as relacionadas à guerra, à fazenda e à justiça, indicam um movimento em direção a uma administração mais especializada, ainda que subordinada à autoridade do monarca.

Ao longo da história, a Administração Pública foi se desenvolvendo e se aperfeiçoando, adaptando-se às necessidades de governança de diferentes culturas e sociedades, até atingir os modelos mais complexos e especializados que encontramos na administração pública moderna.

1. 2. A Evolução da Administração Pública no Brasil: Da Colônia à Gestão Moderna

A Administração Pública no Brasil tem origens remotas, remontando ao período colonial. Mesmo antes do desembarque da coroa portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, já existiam em território brasileiro algumas formas rudimentares de organização administrativa. Durante o Brasil Colônia, a responsabilidade pela administração pública e pelo zelo do patrimônio da Coroa Portuguesa foi delegada a governantes locais, como os capitães donatários, que receberam terras e jurisdição sobre as capitanias hereditárias. Essa estrutura de poder e administração evoluiu ao longo dos séculos e se consolidou com a formação da República, passando por diversas reformas que ajudaram a moldar o que hoje conhecemos como Administração Pública no Brasil.

A evolução da Administração Pública brasileira pode ser compreendida em uma linha do tempo que inclui três principais modelos de administração do Estado, conforme explica Bresser-Pereira (1998, p. 20-22), citado por Costin (2010, p. 31): administração patrimonialista, administração pública burocrática e administração pública gerencial. Cada um desses modelos

reflete uma forma distinta de organizar e gerir os recursos e as funções do Estado, além das relações entre o poder político e os administradores.

O modelo patrimonialista foi o dominante no Brasil durante o período colonial e continuou a ser praticado até o Império. Neste modelo, o patrimônio do monarca ou do governante se confundia com o patrimônio público. Em outras palavras, o Estado era visto como uma extensão da propriedade privada do governante. O sistema político e administrativo era fortemente centralizado e a nomeação de cargos públicos, como a distribuição de terras nas capitanias hereditárias, ocorria com base em favores e lealdades pessoais, sem uma clara separação entre os interesses públicos e privados (SANDRONI, 1987, p. 317).

Esse modelo patrimonialista também se refletia na prática comum de troca de favores, onde cargos públicos eram dados como recompensa a aliados políticos. Esse sistema de administração pessoal e informal perdurou ao longo do Brasil Império, especialmente no Brasil Reinado, quando a política era ainda muito marcada pelo clientelismo e pela troca de favores em troca de lealdade à coroa.

Com a chegada da administração pública burocrática, um novo modelo de gestão pública foi estabelecido, principalmente no século XX, influenciado pelas ideias de Max Weber. Esse modelo se caracteriza pela separação clara entre os espaços público e privado, com a definição de regras formais e procedimentos administrativos rigorosos. Conforme sintetizado por Costin (2010, p. 32), as principais características da administração pública burocrática incluem:

- **Formalismo:** A administração pública passa a ser regida por regulamentos e procedimentos detalhados, visando à previsibilidade e maior segurança jurídica nas decisões administrativas.
- **Impessoalidade:** A pessoa do administrador passa a ser menos importante do que o cargo e as normas, com o foco nas funções e regras a serem cumpridas.
- **Hierarquização:** A administração se organiza em uma cadeia de comando clara e rígida, com pouca autonomia para os administradores em níveis inferiores.
- **Controle de meios:** A administração passa a ser rigorosamente controlada, com monitoramento constante dos procedimentos e ações para evitar a imprevisibilidade.

Esse modelo de administração se consolidou principalmente a partir da República, com a criação de uma estrutura pública mais profissional e voltada para o cumprimento de normas e procedimentos estabelecidos. O Estado começa a se distanciar do modelo patrimonialista, buscando uma gestão mais eficiente e impessoal, embora a influência política ainda fosse um fator relevante em muitos casos.

A administração pública gerencial surge nas últimas décadas do século XX, com o objetivo de tornar a administração pública mais eficiente e voltada para os resultados, ao invés de se concentrar apenas nos processos e procedimentos formais.

A administração pública gerencial se caracteriza por uma visão mais orientada para o desempenho e para resultados concretos, com foco em políticas públicas que atendem às necessidades da população de forma mais eficiente e ágil.

A Administração Pública brasileira passou por várias reformas importantes ao longo do tempo, desde a época colonial até os dias atuais. Cada uma dessas reformas buscou adaptar a gestão pública às necessidades do país, sempre em busca de maior eficiência, transparência e profissionalização. Costin (2010, p. 40) faz um resumo das principais fases dessa evolução:

- **Administração Colonial:** Durante o período colonial, a administração pública era estruturada com base no sistema patrimonialista, onde a Coroa Portuguesa controlava as capitâneas hereditárias através dos capitães donatários.
- **Brasil como sede do Império Português:** A administração pública começou a se consolidar no Brasil durante o período imperial, com a criação de instituições mais formalizadas, mas ainda muito ligadas aos interesses da monarquia.
- **República Velha:** A administração pública no período da República Velha manteve muitas características do período imperial, especialmente a política do coronelismo, onde as práticas de clientelismo e troca de favores eram comuns.
- **Reforma de 1936 (Era Vargas):** A gestão pública brasileira passou por uma grande reestruturação durante o governo de Getúlio Vargas, com a criação de novos direitos sociais, concursos públicos e a criação do Estatuto do Funcionário Público.
- **Reforma de 1967 (Regime Militar):** A reforma administrativa durante o regime militar procurou descentralizar a administração pública e melhorar o controle dos recursos públicos, com ênfase em um modelo mais burocrático e estruturado.
- **Democratização e retorno ao formalismo:** Durante a democratização, a administração pública brasileira passou a adotar práticas mais descentralizadas e com maior participação da sociedade civil, mas também com um aumento da burocracia.
- **Reforma da gestão pública de 1995:** A reforma do governo de Fernando Henrique Cardoso, liderada por Bresser-Pereira, visou modernizar o Estado e melhorar a governança, com foco em maior eficiência na implementação de políticas públicas e no controle fiscal.

A Proclamação da República, em 1889, representou um marco na administração pública brasileira, pois trouxe mudanças importantes, como a separação entre Igreja e Estado e a adoção do sistema presidencialista. No entanto, o sistema administrativo brasileiro ainda estava fortemente marcado pela troca de favores e pelo patrimonialismo, como observa Costin (2010, p. 47)

A reforma administrativa de Getúlio Vargas foi um marco na história da administração pública brasileira. Ela visava modernizar a administração pública, promover a meritocracia através de concursos públicos e criar um novo estatuto para os funcionários públicos. Segundo Costin (2010, p. 50), o governo Vargas foi responsável por uma verdadeira reestruturação na administração pública, introduzindo inovações como a profissionalização do funcionalismo público e o estabelecimento de direitos trabalhistas que ainda hoje influenciam a administração pública no Brasil.

Com vivências da administração ao longo das histórias, a gestão pública municipal é um dos pilares fundamentais do Estado brasileiro, sendo responsável pela administração dos serviços e recursos públicos a nível local. Este processo envolve atividades e responsabilidades que vão desde o planejamento, organização, execução e até a avaliação das políticas públicas municipais. Um dos aspectos essenciais dessa gestão é a descentralização, princípio que foi amplamente consolidado pela Constituição Federal de 1988, conferindo autonomia aos municípios para gerenciar suas políticas, arrecadar impostos, legislar sobre questões locais e implementar serviços essenciais como saúde, educação, transporte e saneamento. As administrações Públicas direta e indireta buscam maneiras para que se ofereça os serviços de qualidade que sejam eficiente e também econômicos.

1. 3. A Constituição de 1988 e a Descentralização

A Constituição de 1988 representa um marco fundamental para a organização do Estado brasileiro, especialmente no que diz respeito à autonomia dos municípios. Com a promulgação da Constituição, os municípios brasileiros passaram a ter garantias de autonomia política, administrativa e financeira, o que lhes conferiu maior poder de decisão sobre suas próprias questões locais. Isso também significou uma mudança significativa na estrutura administrativa do país, descentralizando a administração pública e permitindo aos municípios maior capacidade de planejamento e execução de políticas públicas. Santos (2006) observa que a descentralização, ao ser reforçada pela Constituição de 1988, representou uma:

Importante mudança na estrutura administrativa do Estado, que passou a

descentralizar as ações de governo e ampliar o papel dos municípios nas decisões políticas e econômicas (SANTOS, 2006, p. 112).

A gestão pública municipal refere-se ao conjunto de atividades e processos administrativos realizados pelos governos municipais para organizar, coordenar e administrar os serviços públicos, políticas e projetos que atendem às necessidades da população local. Essa gestão está inserida no contexto de um modelo de administração pública descentralizada, de acordo com os princípios da Constituição de 1988. A gestão eficiente, portanto, depende de um planejamento adequado, da capacidade de execução das políticas públicas e da avaliação constante dos resultados dessas ações.

Um dos principais desafios enfrentados pela gestão pública municipal é a escassez de recursos financeiros. Como os municípios são responsáveis pela gestão de diversos serviços essenciais, como saúde, educação, transporte e saneamento, é necessário que seus gestores encontrem formas criativas de otimizar os recursos disponíveis para atender às demandas da população. Melo (2008) destaca que:

Os municípios, ao assumirem novas responsabilidades com a descentralização, enfrentam dificuldades orçamentárias e administrativas, o que exige uma gestão eficiente e criativa para superar a escassez de recursos (MELO, 2008, p. 102).

O planejamento estratégico é essencial para o sucesso da gestão pública municipal. De acordo com Pereira (2007),

O planejamento no nível municipal é o principal instrumento para coordenar as ações do governo local, garantindo que as políticas públicas respondam às prioridades da população (PEREIRA, 2007, p. 194).

O planejamento das ações municipais é realizado por meio de documentos como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que definem as metas e os recursos necessários para a execução das políticas públicas.

Esses instrumentos são fundamentais para garantir que os recursos públicos sejam aplicados de forma eficiente e que as ações do governo municipal estejam alinhadas com as necessidades da população local. A ausência de um planejamento eficaz pode levar a uma gestão ineficiente e ao desperdício de recursos, comprometendo a qualidade dos serviços prestados à população.

Outro princípio fundamental da gestão pública municipal é a participação popular. A Constituição de 1988 reforça a importância da democracia e da participação ativa dos cidadãos

nas decisões políticas, o que inclui a gestão pública local. A participação popular pode se dar por meio de diversos canais, como audiências públicas, conselhos municipais e outras formas de consulta, proporcionando uma maior interação entre a administração pública e a população.

Figueiredo (2002) afirma que:

A participação cidadã é um pilar essencial para a construção de uma democracia sólida e transparente, onde a população tem voz ativa na definição das políticas públicas e no controle da gestão dos recursos públicos (FIGUEIREDO, 2002, p. 89).

Além disso, a transparência na gestão é crucial para garantir que as ações do governo municipal atendam de fato aos interesses da comunidade. A prestação de contas e a fiscalização por parte dos cidadãos são aspectos que garantem a efetividade e a legitimidade das políticas públicas.

A autonomia conferida aos municípios pela Constituição de 1988 implica não apenas em maior liberdade para a gestão de suas políticas, mas também em uma grande responsabilidade pela qualidade dos serviços públicos prestados à população. Os municípios, por exemplo, são responsáveis por áreas essenciais como a saúde, educação, segurança pública e o saneamento básico. A gestão eficiente desses serviços é fundamental para garantir o bem-estar da população e promover o desenvolvimento local.

Além disso, a autonomia dos municípios exige que os gestores públicos municipais estejam preparados para lidar com as demandas e desafios locais, o que envolve tanto a capacitação de pessoal quanto o investimento em infraestrutura e inovação. De acordo com Resende (2004), a descentralização da gestão pública municipal visou, além de democratizar a administração pública, aproximar os cidadãos do processo político, promovendo uma maior interação entre a administração pública e as demandas locais (RESENDE, 2004, p. 157).

A transparência e o controle social são aspectos cruciais da gestão pública municipal. A sociedade civil desempenha um papel importante na fiscalização da aplicação dos recursos públicos e na avaliação da eficácia das políticas públicas. O controle social pode ser exercido por meio de conselhos municipais e de órgãos como os Tribunais de Contas, que têm a função de fiscalizar a execução orçamentária e garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente.

Lima (2011) destaca que:

Os mecanismos de controle social, como os conselhos municipais e os Tribunais de Contas, são fundamentais para a construção de um governo local mais transparente e eficiente (LIMA, 2011, p. 139).

Esses mecanismos ajudam a garantir que os gestores municipais sejam responsáveis pelas decisões tomadas e pela aplicação dos recursos públicos, promovendo maior acessibilidade.

Apesar dos avanços promovidos pela Constituição de 1988, a gestão pública municipal ainda enfrenta uma série de desafios, como a escassez de recursos, a sobrecarga de demandas e a necessidade de inovação na gestão dos serviços públicos. A integração entre as esferas federal, estadual e municipal também é essencial para garantir que as políticas públicas sejam eficazes a nível local. A sustentabilidade, a inclusão social e o uso de novas tecnologias são questões cada vez mais presentes na agenda de gestão pública municipal, exigindo dos gestores maior criatividade e eficiência.

A gestão pública municipal deve, portanto, ser cada vez mais eficiente, transparente e participativa, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população e contribuir para o desenvolvimento social e econômico das cidades. O fortalecimento da autonomia municipal, aliado a um planejamento eficaz e à participação cidadã, é fundamental para a consolidação da democracia e para a construção de um governo local mais eficiente e transparente.

A gestão pública municipal é um aspecto central da administração pública brasileira, especialmente após as reformas trazidas pela Constituição de 1988. A descentralização e a autonomia dos municípios são elementos-chave que permitiram um avanço na democratização da gestão pública no Brasil, aproximando os governos locais da população e garantindo maior eficiência na execução das políticas públicas. No entanto, os desafios persistem, especialmente em relação à escassez de recursos e à necessidade de inovação na gestão dos serviços públicos.

A participação popular, a transparência e o controle social são fatores essenciais para o sucesso da gestão pública municipal, contribuindo para uma administração mais eficaz e voltada para o bem-estar da população.

1. 4. Capacidades governativas

De acordo com o livro *capacidades estatais municipais: universo desconhecido no federalismo brasileiro* (GRIN; DEMARCO; ABRUCIO, 2021) pode-se dizer que a capacidade estatal não está descolada do ambiente político-institucional no qual está inserida. Dessa forma, a capacidade estatal depende de um projeto e objetivos legitimados pela eleição de agrupamentos políticos – para ser viabilizada em termos de construção e operação, assim como apoio sociopolítico para tal.

As municipalidades tornaram-se a unidade federativa central para a qual direciona-se a implementação e a provisão das políticas públicas, sobretudo as de bem-estar social. As novas atribuições “aumentaram tanto as exigências de profissionalização da gestão municipal quanto a necessidade de instituição de controles democráticos ou populares da ação pública (GRIN; DEMARCO; ABRUCIO, 2021, p.43)

As próprias cidades dispõem sobre a autonomia dos municípios brasileiros ondas estes possuem poderes políticos suficientes para dirigirem a si próprios com a tríplice autonomia (política, administrativa e financeira).

Quanto à autonomia financeira, consagrada na CF 88 pela possibilidade de gerar arrecadação própria, os municípios não podem criar novos tributos e, no caso da tributação sobre serviços, sua cobrança foi regulada constitucionalmente e pela Lei Complementar 116/2003 e atualizações subseqüentes. (SOUZA; GRIN, 2021.p.97)

Para os mesmos autores desatacam a ainda que:

[...] a descentralização das políticas, iniciada na década de 1980, gerou demandas tanto por eleições quanto por aumento de recursos e autonomia subnacional. Ao mesmo tempo, foi uma forma de chegar a acordos entre o nível central e os governos subnacionais em torno de uma agenda de redistribuição de poder no que diz respeito aos recursos financeiros e responsabilidades pelas políticas públicas. Esse processo apoiou a descentralização de autoridade, poderes e recursos, além da ênfase no aumento da eficiência dos governos locais (SOUZA; GRIN, 2021.p.101)

A administração pública é essencial para a implementação de políticas públicas eficazes, sendo que as capacidades governativas desempenham um papel fundamental nesse processo. As capacidades governativas podem ser entendidas como a habilidade de um governo em implementar suas políticas de forma eficiente e em atender às necessidades da população. A capacidade governativa envolve três dimensões principais: a capacidade política, a capacidade administrativa e a capacidade fiscal. Essas capacidades influenciam diretamente a qualidade dos serviços públicos prestados e o desenvolvimento institucional das nações.

Cingolani (2013) e Gomide (2016) destacam que o conceito de capacidade estatal, que se refere à efetividade do Estado em promover o desenvolvimento econômico e social, tem se tornado central nas discussões sobre "boa governança". Esse conceito é especialmente relevante para entender como o Estado brasileiro, dentro do seu contexto político e administrativo, pode enfrentar os desafios de implementação das políticas públicas.

As capacidades governativas são um conceito central nos estudos sobre administração

pública e governança. A capacidade estatal, como discutido por Cingolani (2013), trata das competências e recursos necessários para que o Estado consiga atender suas funções essenciais.

A análise das capacidades estatais inclui, principalmente, a capacidade do governo de implementar políticas públicas, garantir a justiça social e promover o desenvolvimento econômico. No Brasil, a implementação eficaz de políticas públicas depende do aprimoramento dessas capacidades, que são impactadas por diversas variáveis.

De acordo com Fonseca (2016), a capacidade de coordenação, especialmente entre diferentes agências governamentais e entre o Estado e a sociedade, é uma das dimensões essenciais das capacidades estatais. Fonseca (2016) examinou a política ambiental e os processos de licenciamento ambiental em diferentes países, incluindo o Brasil, e constatou que a capacidade de coordenação é crucial para a implementação de grandes projetos de infraestrutura, como a construção de barragens hidrelétricas. A necessidade de coordenação é ainda mais evidente em políticas de longo prazo, que exigem grandes investimentos e enfrentam resistência devido à instabilidade política e ciclos eleitorais.

A capacidade estatal está intimamente relacionada à aptidão do Estado em implementar estratégias e políticas eficazes, especialmente em contextos de desafios complexos. A definição e mensuração da capacidade estatal envolvem a análise de diversos fatores, como a competência administrativa, a eficácia das instituições públicas, e a habilidade de mobilizar recursos para alcançar os objetivos desejados.

No livro *Capacidade Estatal: definições, dimensões e mensuração* (AGUIAR; LIMA, 2019, p.04) observa que o Estado, ao tentar implementar uma estratégia específica, enfrentou sérias limitações em suas capacidades. A falta de capacidades estatais adequadas para a execução de políticas de grande escala e a implementação de projetos estruturais é uma preocupação central nas análises de governança pública. Tais deficiências podem se manifestar em várias dimensões, como a falta de recursos financeiros, a ineficácia das instituições públicas, ou até a ausência de mecanismos técnicos e administrativos necessários para lidar com a complexidade dos projetos.

A afirmação de que o projeto encontrou "obstáculos difíceis de contornar" reflete a ideia de que, sem uma base sólida de capacidades estatais, mesmo as estratégias bem desenhadas podem falhar na sua execução. Essa limitação pode ser observada, por exemplo, quando o Estado não possui a infraestrutura administrativa necessária, ou quando as políticas públicas não conseguem engajar a população ou os agentes governamentais de maneira eficiente. Em muitos casos, a falta de capacidade administrativa e técnica resulta em um ciclo de ineficiência e frustração, onde as intenções de desenvolvimento se esbarram em barreiras institucionais e

práticas.

A capacidade política envolve a habilidade do governo de articular as demandas da sociedade, formular políticas públicas adequadas e manter uma relação de confiança com os cidadãos. A capacidade política também está ligada à competência dos líderes governamentais em coordenar diferentes interesses e setores da sociedade para alcançar os objetivos estabelecidos.

No contexto brasileiro, a capacidade política é frequentemente influenciada pela instabilidade política e pela fragmentação partidária. A governabilidade, ou seja, a capacidade do governo de obter apoio político suficiente para implementar suas políticas, é um desafio constante, especialmente em momentos de crises políticas. No entanto, a democracia brasileira tem permitido avanços importantes em termos de participação popular, o que fortalece a capacidade política do governo. A democracia proporciona uma maior capacidade de articulação política e um maior engajamento da sociedade nas decisões políticas, o que fortalece a governança e a implementação de políticas públicas.

A capacidade administrativa refere-se à competência do governo em gerir seus recursos e implementar suas políticas públicas de maneira eficiente. Segundo Pereira (2007), a administração pública brasileira enfrenta grandes desafios, como a sobrecarga de funções, a escassez de recursos e a necessidade de profissionalização do serviço público. A eficiência administrativa está diretamente ligada à qualidade da gestão pública, que inclui a formação e capacitação de servidores públicos, a utilização de tecnologias para aprimorar os serviços e a integração entre os diferentes níveis de governo.

A modernização administrativa é um fator crucial para o aumento da capacidade administrativa no Brasil. A utilização de novas tecnologias e a implementação de sistemas de gestão mais eficientes são fundamentais para melhorar a qualidade dos serviços públicos e garantir que as políticas sejam implementadas de maneira eficaz.

A implementação de uma gestão pública mais profissionalizada e transparente é um dos maiores desafios da administração pública brasileira. Para isso, é necessário um esforço contínuo para reformar as estruturas burocráticas e melhorar a capacitação dos servidores públicos.

A capacidade fiscal envolve a capacidade do governo em arrecadar receitas e administrar suas finanças de forma eficiente. Segundo Santos (2006), a capacidade fiscal é fundamental para garantir a sustentabilidade das políticas públicas, especialmente em um país como o Brasil, com grandes desigualdades sociais e econômicas. O financiamento adequado de políticas públicas é essencial para garantir a sua implementação eficaz.

A descentralização fiscal, promovida pela Constituição de 1988, tem sido um elemento importante na melhoria da capacidade fiscal dos municípios brasileiros. No entanto, a dependência de transferências federais e a falta de recursos próprios têm dificultado a autonomia financeira de muitos municípios. De acordo com Resende (2004), a descentralização fiscal tem sido uma das principais fontes de desafios para os governos locais, uma vez que a maior parte dos recursos necessários para a implementação das políticas públicas provém de repasses do governo federal. Além disso, a gestão fiscal responsável e a capacidade de controlar a dívida pública também são fatores cruciais para garantir que as políticas públicas possam ser implementadas de maneira sustentável a longo prazo.

As três dimensões das capacidades governativas – política, administrativa e fiscal – são interdependentes e devem ser desenvolvidas de maneira integrada para que o governo possa implementar políticas públicas de forma eficaz. A falta de capacidade em uma dessas dimensões pode comprometer a eficácia das políticas públicas.

Por exemplo, a falta de capacidade política pode levar a uma incapacidade de formular políticas públicas adequadas às necessidades da população, enquanto a falta de capacidade administrativa pode prejudicar a implementação dessas políticas. Da mesma forma, a falta de capacidade fiscal pode comprometer o financiamento das políticas públicas, tornando-as inviáveis a longo prazo.

No Brasil, a gestão pública enfrenta uma série de desafios que afetam a construção de capacidades governativas eficazes. A fragilidade institucional e a instabilidade política são fatores que prejudicam a capacidade política do governo de implementar reformas necessárias. Além disso, o excesso de burocracia e a falta de uma gestão pública eficiente são obstáculos para o desenvolvimento da capacidade administrativa.

A capacidade fiscal também é comprometida pela desigualdade na distribuição de recursos e pela dependência de transferências federais. A falta de uma reforma tributária mais equitativa e eficiente tem sido apontada como uma das principais limitações à melhoria da capacidade fiscal do país.

As instituições desempenham um papel central no fortalecimento das capacidades governativas. O fortalecimento das instituições democráticas, a reforma da administração pública e a implementação de um sistema fiscal mais eficiente são fundamentais para melhorar a capacidade do governo de implementar políticas públicas de maneira eficaz. As instituições são fundamentais para o desenvolvimento das capacidades governativas, pois elas estruturam as ações do governo e definem as regras e procedimentos para a implementação de políticas públicas.

As capacidades governativas são essenciais para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes e para que haja o fortalecimento institucional dos países. No Brasil, os desafios para o fortalecimento dessas capacidades incluem a instabilidade política, a ineficiência administrativa e a fragilidade fiscal. A interação entre as capacidades política, administrativa e fiscal é fundamental para garantir a implementação bem-sucedida das políticas públicas. A melhoria dessas capacidades depende de reformas institucionais, investimentos em capacitação e profissionalização dos servidores públicos, e a criação de um ambiente fiscal sustentável.

O conceito de capacidades governativas tem sido amplamente discutido na literatura acadêmica, com autores citados acima como Cingolani (2013) e Gomide (2016) destacando sua importância na análise da "boa governança", que está associada à eficiência, legitimidade e inclusividade das ações governamentais. A distinção entre poder despótico e infraestrutural, permite uma compreensão mais detalhada dos diferentes modos de atuação do Estado, refletindo a complexidade da interação entre o poder estatal e a sociedade.

A mensuração das capacidades governativas deve ser compreendida como um processo dinâmico, que exige a consideração de fatores históricos, culturais e contextuais, além de indicadores quantitativos e qualitativos que permitam avaliar a efetividade das políticas públicas. Em um cenário global cada vez mais interconectado e desafiador, a construção de capacidades governativas robustas é fundamental para enfrentar crises, promover o desenvolvimento sustentável e assegurar a confiança da população nas instituições estatais.

Portanto, o estudo das capacidades governativas é essencial não apenas para a teoria política, mas também para a prática governamental, uma vez que proporciona subsídios para o aprimoramento das ações públicas e a promoção de uma governança eficiente e equitativa.

CAPITULO 2 – FORMAÇÃO HISTÓRICA E INSTITUCIONAL MUNICIPAL EM CURUÁ – PARÁ.

2. 1. Formação histórica em Curuá – Pará

Curuá, localizado no estado do Pará, Brasil, possui uma história marcada por transformações e desafios, que refletem o processo de ocupação e colonização da região amazônica. A origem do município está intimamente ligada à instalação de uma missão catequista no final do século XVIII, quando os padres capuchos da Piedade se estabeleceram às margens do rio Curuá com o objetivo de atrair os índios que habitavam as áreas circundantes. A missão, inicialmente denominada Arcozelos, enfrentou inúmeras dificuldades que impediriam seu desenvolvimento, como questões de infraestrutura e conflitos locais. Esse cenário fez com que os padres abandonassem o local e seguissem para outras regiões, onde mais tarde se formaria o município de Alenquer.

O território que mais tarde daria origem ao município de Curuá esteve vinculado administrativamente a Alenquer, como um de seus distritos, conforme previsto nos Decretos de 1930, 1935 e 1938, que organizavam os municípios do estado. A situação de Curuá como distrito perdurou por várias décadas, até que, em 28 de dezembro de 1995, a Lei nº 5.924, assinada pelo governador Jäder Barbalho, estabeleceu a criação do município, desmembrando-o de Alenquer e tornando a localidade de Curuá uma cidade. Esse marco legal significou a emancipação política e administrativa da região, possibilitando a criação de uma estrutura própria para a gestão pública e o desenvolvimento local. (FAPESPA, 2023).

A instalação oficial do município de Curuá ocorreu em 1º de janeiro de 1997, com a posse do prefeito eleito, José Vieira de Castro, do vice-prefeito e dos vereadores que haviam sido escolhidos no pleito municipal realizado em 3 de outubro de 1996. Este evento representou a concretização do processo de emancipação e a constituição de uma nova identidade política para a região, que passou a ser reconhecida como uma unidade administrativa independente.

O município de Curuá está localizado no Estado do Pará, no Brasil, e ocupa uma área territorial de 1.431,134 km², o que representa aproximadamente 0,11% do total da área do estado. A posição geográfica de Curuá coloca-o dentro da região de integração do Baixo Amazonas, uma área que abrange outros municípios da região norte do Brasil, conhecida por sua riqueza natural e biodiversidade. (FAPESPA, 2023).

De acordo com a divisão geográfica regional estabelecida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Curuá pertence à mesorregião do Baixo Amazonas e à microrregião de Santarém, duas áreas que englobam uma parte significativa da região amazônica paraense. Além disso, o município está inserido na região geográfica intermediária de Santarém e na

região imediata de Oriximiná, o que reflete sua proximidade com outras localidades de importância econômica e cultural no estado. (FAPESPA, 2023).

MAPA DO MUNICÍPIO

Figura 1: Mapa de Curuá.



Fonte: [Câmara Municipal de Curuá - Mapa](#).

O município de Curuá, localizado no estado do Pará, possui uma área de 1.431 km², o que representa 0,5% da Região de Integração do Baixo Amazonas (RIBA) e 0,1% da extensão total do Estado do Pará, segundo a revista PFV

Figura 2: Mapa do Município.



Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/curua.html>

Esse tamanho geográfico coloca Curuá em uma proporção relativamente pequena no contexto regional e estadual, mas ainda assim com uma importância significativa dentro da dinâmica do Baixo Amazonas, considerando suas características sociais, econômicas e ambientais. A gestão do território municipal, por meio de políticas públicas adequadas, é essencial para promover o desenvolvimento sustentável e atender às necessidades da população local.

A sede municipal de Curuá está localizada a uma distância de aproximadamente 736 km da capital paraense, Belém, uma viagem de condução que evidencia a localização periférica do município em relação aos principais centros urbanos do estado. Essa distância reflete as dificuldades de acesso e os desafios logísticos enfrentados pela população local, que depende, muitas vezes, de transporte fluvial e rodoviário para a integração com outras regiões do Pará.

Em termos de coordenadas geográficas, a sede do município está posicionada a uma latitude de 1° 54' 19" Sul e a uma longitude de 55° 10' 11" Oeste. Essas coordenadas colocam Curuá em uma região de clima tropical, característico da Amazônia, com altos índices pluviométricos e uma vegetação exuberante que abrange a floresta tropical.

A extensão territorial de Curuá é de 1.431 km², o que representa 0,5% da Região de Integração Baixo Amazonas e 0,1% do total do Estado do Pará. Com essa área, o município apresenta uma densidade demográfica de 10 habitantes por km², um número baixo que pode ser explicado pela vasta extensão territorial e pela natureza rural de grande parte do município, que dificulta a concentração populacional. (FAPESPA, 2021).

Esse contexto geográfico de Curuá, embora desafiador em termos de acesso e infraestrutura, também representa uma riqueza em recursos naturais e uma integração com a biodiversidade da região amazônica, fator que contribui para as características econômicas e culturais do município. A localização estratégica no Baixo Amazonas e a proximidade de outros centros urbanos, como Santarém e Oriximiná, possibilitam a Curuá uma inserção no circuito comercial e logístico da Amazônia, com destaque para a exploração de recursos naturais, como a castanha-do-pará, além de atividades pesqueiras e agrícolas.

O município de Curuá, apresenta diversas características geográficas, climáticas e ambientais que são típicas da região amazônica. Esses aspectos são fundamentais para entender o desenvolvimento e as potencialidades locais.

Curuá limita-se ao norte com o município de Alenquer, a leste com Alenquer também, ao sul com Santarém e a oeste com Óbidos. Sua localização estratégica dentro do contexto regional coloca o município como um ponto de interação entre diversas cidades da região do Baixo Amazonas, facilitando o acesso a outros polos econômicos e culturais da região.

O solo de Curuá é predominantemente composto por três principais tipos: argissolo, neossolo e gleissolo. O argissolo é um tipo de solo mais fértil e profundo, geralmente encontrado em áreas mais secas e com boa capacidade de retenção de água. O neossolo, por sua vez, é caracterizado por ser mais raso e estar em formação, comum em áreas de terrenos jovens ou em processo de sedimentos. O gleissolo está presente em áreas de várzea, típicas de regiões úmidas e com acúmulo de água em períodos de cheia. (FAPESPA, 2023).

A cidade apresenta uma vegetação diversificada, refletindo a complexidade ecológica da Amazônia. A floresta ombrófila aberta é um dos tipos vegetais predominantes, composta por árvores mais distantes umas das outras, com arbustos pouco densos e adaptadas ao período de estiagem. Esta formação é comumente encontrada na subformação com palmeiras, que se adapta bem às condições de maior secura. Além disso, o município possui áreas de savana, que são constituídas por árvores pequenas, arbustos espalhados e troncos tortos e cinzentos. Esse tipo de vegetação é encontrado em regiões com solo mais seco, sendo classificado como uma vegetação de transição entre a floresta densa e áreas mais abertas. Outro tipo de vegetação encontrado são as formações pioneiras, típicas de regiões instáveis do ponto de vista

pedológico, associadas a processos de acumulação fluvial e lacustre, comuns em áreas de várzea. (FAPESPA, 2023).

As áreas de tensão ecológica são também uma característica relevante da vegetação local, representando zonas de transição entre dois tipos de vegetação, como entre a savana e a floresta ombrófila. Essas áreas são importantes ecologicamente, pois abrigam uma grande diversidade de espécies adaptadas a essas condições de transição.

A topografia de Curuá é marcada por uma altitude média de 88 metros acima do nível do mar, o que coloca a cidade em uma região de terreno relativamente plano, com algumas áreas de planícies e patamares. Essa característica facilita a ocupação humana e o desenvolvimento de atividades econômicas, mas também impõe desafios em relação à drenagem e ao controle das águas pluviais. (Fapespa, 2023).

Geologicamente, Curuá está situada na bacia sedimentar Amazonas, uma vasta área que cobre grande parte da região norte do Brasil. Os sedimentos presentes na região são predominantemente argilosos, arenosos e cascalhos, com sedimentos resultantes de aluviões atuais e terraços mais antigos do Holoceno. Essas formações geológicas são datadas de diferentes períodos da escala de tempo geológico, como o Paleozóico, Mesozóico e Cenozóico, refletindo uma longa história geológica da região e suas diversas fases de sedimentação.

A região apresenta um clima equatorial úmido, típico da região amazônica, com alta umidade relativa do ar durante quase todo o ano. A precipitação pluviométrica média anual na cidade gira em torno de 2.000 mm, o que indica uma abundante quantidade de chuvas, especialmente nos meses de inverno. Contudo, o município também experimenta três meses de seca ao longo do ano, quando a quantidade de precipitação diminui consideravelmente. As temperaturas em Curuá são elevadas, com médias anuais de 26°C, e a amplitude térmica é baixa, o que significa pouca variação entre as temperaturas diurnas e noturnas. Esse clima é característico da região tropical úmida, favorecendo a biodiversidade local e as atividades de agricultura e extrativismo. (FAPESPA, 2023).

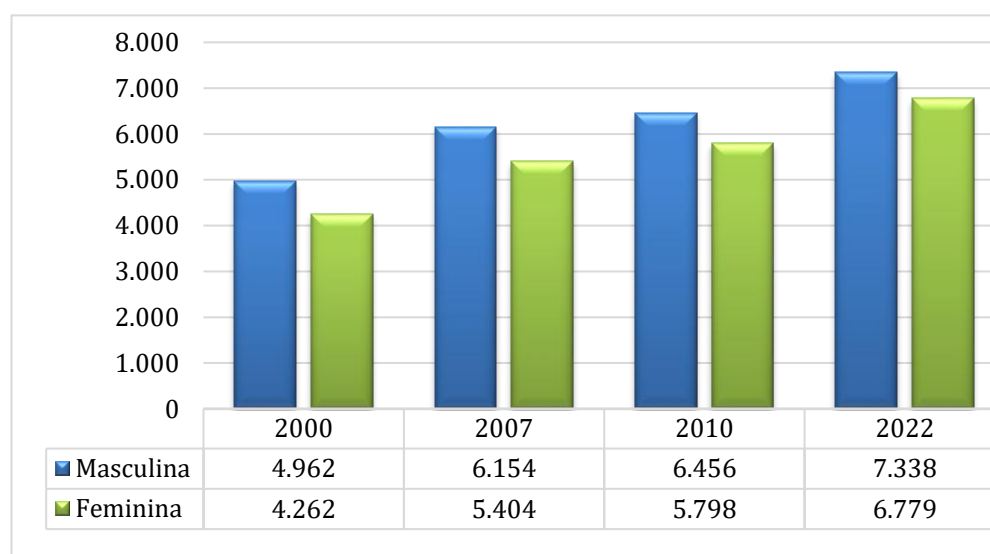
Em ênfase, as características geográficas, ambientais e climáticas de Curuá revelam um município fortemente marcado pela sua localização na região amazônica, com solos férteis, uma vegetação rica e diversificada, e um clima tropical úmido, que favorece a agricultura e a preservação ambiental. A diversidade ecológica da região, com suas formações vegetais e solos variados, é um fator determinante para o desenvolvimento local, ao mesmo tempo em que exige uma gestão cuidadosa dos recursos naturais para garantir a sustentabilidade a longo prazo.

Outro fator importante para o município, é a evolução da população. Ao longo dos anos 2000 e 2022, ocorreu uma evolução da população, área e densidade demográfica. Em termos

populacionais, o município passou de 9.224 habitantes em 2000 para 14.117 em 2022, o que representa um crescimento contínuo, com exceção de uma leve redução para 12.254 habitantes em 2010. A maior variação populacional ocorreu entre 2007 e 2008, quando a população subiu de 11.928 para 12.644 habitantes. A área do município permaneceu constante em 1.473,60 km² até 2014, quando houve um ajuste para 1.431,13 km², com pequenas variações até 2022, onde a área se manteve entre 1.431,13 e 1.431,20 km². Já a densidade demográfica, que é a razão entre a população e a área, aumentou ao longo dos anos, passando de 6,23 habitantes por km² em 2000 para 9,86 habitantes por km² em 2022. O ano de maior densidade foi 2016, com 9,63 habitantes por km². Assim, o crescimento da população e as pequenas variações na área contribuíram para o aumento da densidade demográfica ao longo do período analisado, segundo o Munic- IBGE (2022)

A estrutura populacional do município é predominantemente masculina, conforme a distribuição da população por sexo nos anos de 2000, 2007, 2010 e 2022. Em 2000, a população masculina era de 4.962 habitantes, enquanto a população feminina era de 4.262 habitantes. Em 2007, a população masculina aumentou para 6.154 pessoas, e a feminina para 5.404. No ano de 2010, o número de homens subiu para 6.456 e o de mulheres para 5.798. Por fim, em 2022, a população masculina foi de 7.338 e a feminina de 6.779. Esses dados indicam um crescimento populacional para ambos os sexos ao longo dos anos, com uma leve predominância da população masculina em todos os anos analisados, segundo o gráfico 01 abaixo:

Gráfico 1: Estrutura Populacional do Município de Curuá.

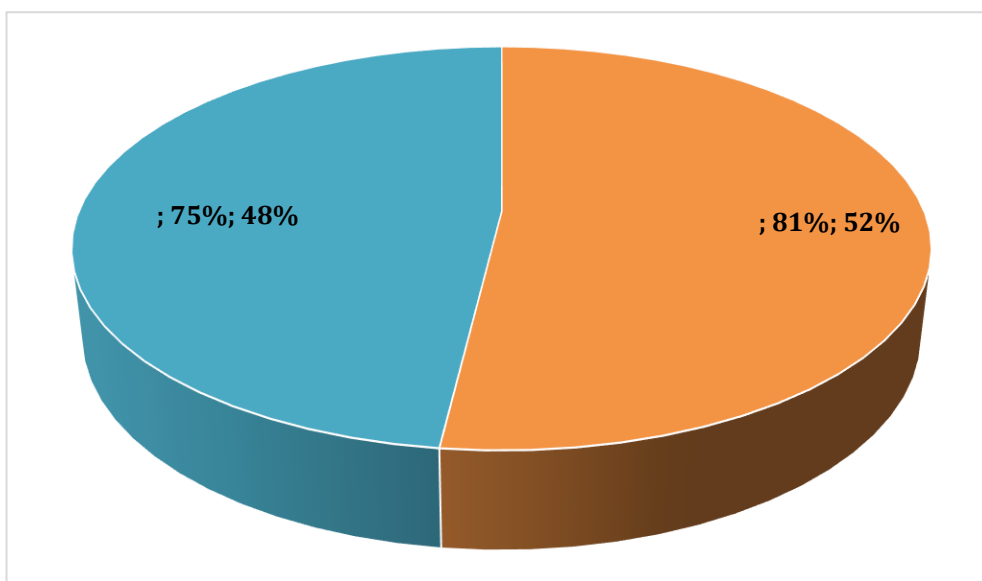


Fonte: IBGE, 2022.

A distribuição da população por faixa etária nos anos de 2000, 2007, 2010 e 2022 apresenta algumas variações significativas. Em 2000, a faixa etária com o maior número de pessoas foi a de 15 a 29 anos, com 2.415 habitantes, seguida pelas faixas de 05 a 09 anos (1.391) e de 01 a 04 anos (1.146). Já em 2007, houve um crescimento em faixas etárias como a de 15 a 29 anos, que passou para 3.273, e a faixa de 30 a 49 anos, que teve 2.132 habitantes. Em 2010, a faixa etária de 15 a 29 anos continuou a liderar, com 3.453, enquanto a de 30 a 49 anos teve um aumento considerável, alcançando 2.480. No ano de 2022, a faixa etária de 15 a 29 anos manteve-se a mais populosa, com 3.881 pessoas, e observou-se um significativo aumento nas faixas de 30 a 49 anos (3.773) e 50 a 69 anos (1.889). A faixa de 70 anos ou mais também apresentou crescimento, passando de 256 em 2000 para 541 em 2022. Esses dados indicam uma mudança no perfil etário da população ao longo dos anos, com aumento no número de pessoas nas faixas etárias mais avançadas, segundo o IBGE 2022).

A questão da pobreza e da desigualdade social também se destaca em Curuá. Aproximadamente 81% da população do município está inscrita no Cadastro Único (CadÚnico), programa que identifica e fornece benefícios às famílias de baixa renda. Deste total, 75% vivem abaixo da linha de pobreza, o que evidencia uma situação de vulnerabilidade social significativa. Esse dado reflete o contexto econômico da região, onde grande parte da população depende de programas sociais para suprir suas necessidades básicas, segundo a revista PEV (FAPESPA, 2023), no gráfico 02 abaixo:

Gráfico 2: Cadastro Único (CadÚnico).



Fonte: Revista PEV, 2021.

Do ponto de vista econômico, o Produto Interno Bruto (PIB) de Curuá foi de R\$ 124,520 milhões em 2018, representando 1,1% do PIB da RIBA e 0,1% do PIB do Estado do Pará. A maior parte desse PIB é gerado pelo setor público, com a Administração Pública respondendo por 51,8% do Valor Adicionado (VA) total, o que reflete a predominância de empregos no setor público local. Em seguida, a agropecuária responde por 25,9% da produção econômica do município, seguida pelos serviços com 16,3%, pela indústria com 3,6%, e os impostos sobre produtos com 2,4%, segundo Fapespa (2023)

O setor produtivo formal do município é limitado, mas possui alguns empreendimentos importantes. Em 2019, Curuá contava com 16 empreendimentos formais, responsáveis pela geração de 937 empregos formais. Esse número corresponde a 1,3% do total de empregos da Região de Integração Baixo Amazonas e 0,1% do total de empregos no estado. O setor público continua sendo o maior gerador de empregos no município, com 901 vínculos formais, o que indica uma forte dependência da administração pública local. O comércio, que possui 9 estabelecimentos, emprega apenas 18 pessoas formalmente, refletindo a ainda pequena dinamização econômica no setor privado, segundo Fapespa (2023)

Esses dados destacam não só o perfil socioeconômico do município de Curuá, mas também os desafios que ele enfrenta, como a grande dependência de programas sociais e a concentração de empregos no setor público. A vulnerabilidade econômica da população e a predominância da administração pública no PIB indicam que há uma necessidade de diversificação econômica e de investimentos em setores produtivos, como a agropecuária e o comércio, para promover um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo.

Dessa forma, o município de Curuá apresenta um perfil demográfico jovem, com uma grande parcela da população vivendo em situação de vulnerabilidade social. Sua economia é predominantemente voltada para a administração pública e atividades relacionadas à agropecuária, com uma infraestrutura econômica que ainda enfrenta desafios para o desenvolvimento de setores como a indústria e o comércio. A geração de emprego formal, embora ainda limitada, está concentrada no setor público, o que destaca a importância de políticas públicas para o fomento ao empreendedorismo local e ao crescimento sustentável da economia.

Outro ponto fonte para economia do município, é a Vaqueirama é um dos eventos mais tradicionais e esperados de Curuá, especialmente durante as festividades em honra ao padroeiro São Raimundo Nonato. A cavalgada, que reúne centenas de vaqueiros, percorre as ruas da cidade, celebrando a cultura e as raízes rurais do município. A saída ocorre na comunidade São Benedito, localizada na região central do município, e o evento atrai não apenas vaqueiros, mas

também ciclistas e veículos. A participação de diferentes grupos demonstra a integração da comunidade em torno dessa festividade, que se tornou uma das maiores expressões culturais e religiosas de Curuá.

A cavalgada faz parte de um conjunto de celebrações dedicadas a São Raimundo Nonato, o santo padroeiro do município. As festividades são promovidas pela Paróquia de São Raimundo Nonato, que organiza uma série de rituais e eventos ao longo do período festivo. Entre as principais atividades está a peregrinação da imagem de São Raimundo Nonato, que percorre 50 comunidades da região. A peregrinação é uma demonstração de fé e devoção dos fiéis, que acompanham a imagem do santo em sua jornada pelas comunidades do município.

O momento culminante das celebrações ocorre com o Círio Fluvial do Santo, que é realizado a partir das comunidades Santa Maria e Barreirinha, locais de grande significado para os moradores de Curuá. Esse evento é uma das principais expressões religiosas da cidade, com a participação das comunidades paroquianas que se reúnem para celebrar a fé e a tradição. Durante o Círio Fluvial, os devotos seguem em barcos, em um cortejo simbólico pelas águas do rio, homenageando São Raimundo Nonato e reforçando os laços comunitários.

A festa de São Raimundo Nonato, com suas manifestações culturais e religiosas, tem grande importância para Curuá, pois além de celebrar a religiosidade, também fortalece a identidade cultural local. A Vaqueirama, como parte dessa festividade, representa a conexão do município com suas origens rurais e a valorização das tradições do campo, sendo um evento que promove a união e o sentimento de pertencimento entre os habitantes de Curuá.

Outro fator importante dentro do município de Curuá é a infraestrutura, na qual desempenha um papel crucial na análise das condições favoráveis para a implantação e operação de empresas, além de ser essencial para atender às necessidades da população local. A infraestrutura de Curuá, no contexto de seus indicadores de energia, transportes e preço da terra, apresenta aspectos significativos que contribuem para o desenvolvimento do município, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente aos ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis). Estes objetivos visam não apenas modernizar a infraestrutura, mas também promover o desenvolvimento industrial sustentável e a gestão eficiente dos recursos naturais. (PEV,2021).

Em 2020, o consumo de energia elétrica no município de Curuá foi de 7.014.872 KWh. A maior parte desse consumo foi atribuída ao setor residencial, que registrou 3.962.053 KWh, o que representa aproximadamente 56% do total de energia consumida no município. Esse padrão de consumo reflete uma população predominantemente residencial, com as necessidades energéticas concentradas no setor doméstico.

Observando a evolução do consumo de energia ao longo dos anos, percebe-se um aumento significativo no uso de energia no setor industrial. Entre 2016 e 2020, houve um crescimento de 52,6% no consumo de energia pelas unidades industriais de Curuá, o que indica um desenvolvimento crescente desse setor, possivelmente relacionado ao aumento da atividade econômica e à expansão de empresas na região. Esse crescimento é um indicador positivo da capacidade de adaptação e ampliação da infraestrutura energética, essencial para suportar a expansão industrial de forma sustentável. (FAPESPA, 2021).

O preço da terra é outro indicador relevante quando se trata de atratividade para investimentos e desenvolvimento empresarial. No município de Curuá, o preço das terras, embora influenciado por fatores como localização e acesso, permanece acessível quando comparado a outras áreas mais urbanizadas do estado. Isso pode ser considerado uma vantagem competitiva para a instalação de novas empresas, especialmente no setor agronegócio, que é um dos principais motores da economia local. (FAPESPA, 2021).

Em termos de infraestrutura, Curuá apresenta um panorama promissor, especialmente no que se refere à energia elétrica, que tem demonstrado crescimento, principalmente no setor industrial. No entanto, desafios ainda existem, especialmente no que diz respeito à mobilidade urbana e rural. A melhoria das estradas e das vias fluviais e a continuidade do fornecimento de energia com qualidade são essenciais para garantir a expansão sustentável da economia local, em consonância com os ODS 9 e 12. (FAPESPA, 2021).

O município ainda possui grande potencial para a expansão de suas atividades industriais e agropecuárias, com um custo de terra competitivo, o que torna Curuá uma localidade atrativa para investidores que buscam instalar seus empreendimentos de forma sustentável e com boa perspectiva de crescimento a longo prazo.

Existem várias atividades econômicas, que são distribuídas por setores dentro do município, como: (FAPESPA, 2021).

Administração Pública: O setor público, que engloba atividades de administração municipal, estadual e federal, domina a economia de Curuá. Este setor inclui a gestão pública, as despesas governamentais e os serviços prestados diretamente à população, sendo crucial para a geração de empregos e movimentação econômica, com destaque para os salários e as despesas de custeio.

Agropecuária: A agropecuária de Curuá ocupa uma posição relevante, contribuindo com 25,9% do VA municipal. Entre as atividades mais significativas nesse setor estão a produção florestal, a pecuária e a pesca e aquicultura. A produção florestal, que é um segmento expressivo, abrange a exploração de recursos naturais como madeireiros e não madeireiros,

enquanto a pecuária, com ênfase no gado bovino, também contribui para a geração de valor na economia local. (FAPESPA, 2021).

Setor de Serviços: O setor de Serviços foi responsável por 16,3% do PIB de Curuá em 2018. Dentro deste setor, as atividades imobiliárias, profissionais, científicas e técnicas, e o comércio e manutenção de veículos são as mais relevantes. O comércio de varejo se destaca, especialmente no segmento de combustíveis, produtos alimentícios, materiais de construção, produtos farmacêuticos e artigos do vestuário e acessórios. Além disso, o comércio atacadista de embalagens também é significativo para a economia local, atendendo à demanda tanto do comércio local quanto de outras cidades da região. (FAPESPA, 2021).

Indústria: O setor industrial de Curuá tem uma participação menor na economia local, mas ainda assim é importante, com uma contribuição de 3,6% do PIB. As principais atividades industriais são a produção e distribuição de eletricidade e água, seguidas pela construção civil e pela indústria de transformação. Na indústria de transformação, destaca-se a fabricação de conservas de frutas, que representa um segmento específico da economia local, relacionado à valorização dos produtos agropecuários, principalmente de origem florestal e agrícola. (FAPESPA, 2021).

Produção Florestal: Dentro da produção florestal, a extração de madeira em tora e lenha se destaca como uma das principais atividades econômicas. A vegetação local, predominantemente de floresta ombrófila aberta, oferece uma abundante oferta de recursos madeireiros, fundamentais tanto para o mercado local quanto para a comercialização em regiões vizinhas. A exploração sustentável desses recursos tem um grande potencial de promover o desenvolvimento econômico, embora a preservação ambiental seja um ponto crucial que deve ser observado para garantir a continuidade dessa atividade. (FAPESPA, 2021).

A pecuária: é uma das atividades agropecuárias de maior potencial produtivo em Curuá, especialmente a criação de bovinos. Em 2020, o município alcançou o efetivo de 45.382 cabeças de gado bovino, o que representa um crescimento de 39% no período de 2010 a 2020. Esse aumento expressivo é indicativo de uma expansão no setor, com boas perspectivas para o futuro, considerando o grande potencial de produção e comercialização de carne e leite. Além da criação de bovinos, outras atividades pecuárias que também contribuem para a economia local incluem a criação de galináceos e a produção de leite. (FAPESPA, 2021).

No caso da criação de galináceos, o município alcançou um efetivo de 19.147 cabeças de galináceos em 2020, com um crescimento de 50% no período de 2010 a 2020. Esse crescimento reflete a expansão da produção de ovos e carne de frango, segmentos com alta demanda no mercado local e regional.

A produção de leite também tem mostrado grande evolução, com o município alcançando a marca de 5.391.000 litros de leite em 2020, o que representa um impressionante aumento de 155% em relação ao ano de 2010, quando a produção foi de 2.115.000 litros. Esse aumento pode ser atribuído ao crescimento do rebanho leiteiro e à melhoria nas técnicas de manejo e cuidados com os animais. A produção de leite é uma atividade importante para a segurança alimentar e para a geração de renda local, além de fornecer insumos para a indústria alimentícia.

A *agricultura*: em Curuá também tem grande importância, com uma diversidade de cultivos que atendem tanto ao mercado interno quanto externo. Entre os principais produtos agrícolas cultivados no município estão a melancia, o açaí, a mandioca, a banana e o milho. Esses produtos são essenciais para a alimentação local e, em muitos casos, para a comercialização em outras regiões. O açaí, por exemplo, é um produto com crescente demanda tanto no Brasil quanto no mercado internacional, enquanto a melancia, a mandioca e a banana têm grande aceitação no mercado regional. (FAPESPA,2021).

O setor agropecuário de Curuá, especialmente a pecuária e a agricultura, apresenta um grande potencial de crescimento. A evolução no número de cabeças de gado, na produção de leite e galináceos, assim como a diversificação das culturas agrícolas, coloca o município em uma posição estratégica para expandir ainda mais suas atividades produtivas.

Para a pecuária, o crescimento da criação de gado bovino, galináceos e a expansão da produção de leite são indícios de que o setor pode continuar a se expandir. O aumento no efetivo de gado bovino e a produção de leite indicam que Curuá tem potencial para se tornar um polo de produção de carne e laticínios na região, com oportunidades para a construção de infraestrutura de processamento e comercialização, além de possibilidades de acesso a mercados mais distantes.

A agricultura também oferece boas perspectivas de crescimento, especialmente em cultivos como o açaí, que tem sido cada vez mais demandado tanto nacional quanto internacionalmente. A diversificação de culturas agrícolas em Curuá pode ajudar a minimizar os riscos associados às flutuações do mercado de produtos específicos e garantir uma maior estabilidade econômica para os agricultores locais.

O setor agropecuário de Curuá, que abrange atividades como a produção florestal, a pecuária e a agricultura, apresenta um grande potencial de crescimento. Com uma forte base na criação de bovinos e produção de leite, bem como nas culturas agrícolas, o município tem condições favoráveis para expandir sua produção e fortalecer sua economia. A adoção de práticas sustentáveis, a melhoria na infraestrutura e o incentivo à industrialização local são estratégias fundamentais para garantir que o setor continue a prosperar de maneira sustentável

e inclusiva. (FAPESPA, 2021).

Em 2019, o município de Curuá, no estado do Pará, apresentava um total de 937 empregos formais, com uma distribuição concentrada em setores chave da economia local. Ao analisar as cadeias produtivas estratégicas, considerando sua importância para o estoque de empregos formais, destacam-se diversas subatividades que desempenham papel significativo na geração de postos de trabalho, com exceção da Administração Pública, que é responsável por grande parte dos vínculos formais no município. Entre as principais atividades econômicas geradoras de emprego, destacam-se: Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos (sem manipulação de fórmulas): O comércio varejista de produtos farmacêuticos é um dos setores de destaque na geração de empregos em Curuá. Esse segmento abrange estabelecimentos comerciais dedicados à venda de medicamentos, cosméticos e outros produtos relacionados à saúde, sem manipulação de fórmulas. Esse setor é essencial para a população local, já que o acesso à saúde e a medicamentos é fundamental em áreas mais afastadas, como as encontradas em Curuá. (FAPESPA, 2021).

Bancos Múltiplos, com Carteira Comercial: O segmento bancário, mais especificamente os bancos múltiplos com carteira comercial, também ocupa uma posição relevante entre os setores que contribuem para o número de empregos formais. Os bancos oferecem uma gama de serviços financeiros, como a concessão de empréstimos, contas correntes e outros produtos financeiros essenciais para o funcionamento da economia local. A presença de bancos formais é crucial para fomentar o crescimento do comércio e das pequenas empresas no município. (FAPESPA, 2021).

Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios em Geral: Outro setor com forte participação na geração de empregos formais é o comércio atacadista de produtos alimentícios em geral. Esse ramo abrange a distribuição e comercialização de alimentos em larga escala, fornecendo para o mercado local e regional. O crescimento desse setor está diretamente ligado à demanda por alimentos e à evolução do mercado varejista, além de contribuir para a economia agrícola local, uma vez que muitos dos produtos alimentícios vendidos vêm da produção regional.

As atividades de organizações religiosas também têm um papel relevante na geração de empregos no município. Igrejas e instituições religiosas empregam profissionais em funções administrativas, educacionais e assistenciais, promovendo não apenas a religião, mas também atividades comunitárias que geram vínculos formais de trabalho. Esse setor tem um caráter importante, pois também envolve serviços sociais que contribuem diretamente para o bem-estar da população.

Essas atividades econômicas estão entre as mais relevantes em termos de geração de empregos formais em Curuá, refletindo uma economia baseada em atividades comerciais, de serviços e financeiras. A presença de comércio varejista, bancos, comércio atacadista, e organizações religiosas demonstra uma economia diversificada, com um forte foco em serviços essenciais para a comunidade. Esses setores não só atendem às necessidades locais, mas também desempenham um papel fundamental na estruturação da economia do município.

Embora o município de Curuá mostre sinais de crescimento na geração de empregos, diversificação econômica e infraestrutura de serviços ainda são áreas que necessitam de atenção para garantir um desenvolvimento sustentável. A infraestrutura de transporte, por exemplo, pode ser um fator limitante para o crescimento do comércio e das atividades agropecuárias, afetando a capacidade de distribuição de produtos e o acesso a mercados mais amplos.

Além disso, a qualificação da força de trabalho é um fator crucial para a expansão desses setores, especialmente para o comércio e serviços. Programas de capacitação voltados para a gestão de pequenos negócios, atendimento ao cliente e logística podem contribuir para melhorar a produtividade e a competitividade dos empreendimentos locais.

O município de Curuá apresenta um panorama econômico baseado em atividades comerciais e serviços essenciais, com destaque para o comércio varejista, os bancos e as organizações religiosas. Esses setores são fundamentais para a geração de empregos formais e o desenvolvimento da economia local. Ao mesmo tempo, é necessário investir em infraestrutura e qualificação profissional para garantir que o município continue a crescer e diversificar sua base econômica, oferecendo melhores condições de trabalho e de vida para sua população.

A questão da pobreza e da desigualdade social também se destaca em Curuá. Aproximadamente 81% da população do município está inscrita no Cadastro Único (CadÚnico), programa que identifica e fornece benefícios às famílias de baixa renda. Deste total, 75% vivem abaixo da linha de pobreza, o que evidencia uma situação de vulnerabilidade social significativa. Esse dado reflete o contexto econômico da região, onde grande parte da população depende de programas sociais para suprir suas necessidades básicas. (FAPESPA, 2021). Em termos econômicos, Curuá apresentou um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 124,520 milhões em 2018, o que corresponde a 1,1% do PIB da Região de Integração Baixo Amazonas e 0,1% do PIB do Estado do Pará. A análise da composição do PIB revela que a Administração Pública é o setor que mais contribui para a economia local, representando 51,8% do Valor Adicionado (VA) total. A agropecuária, setor de grande importância na região amazônica, é responsável por 16,3% do PIB de Curuá, enquanto a Indústria contribui com 3,6%, e os impostos geram uma parcela de 2,4% do PIB municipal. (FAPESPA, 2021).

O setor produtivo formal do município é limitado, mas possui alguns empreendimentos importantes. Em 2019, Curuá contava com 16 empreendimentos formais, responsáveis pela geração de 937 empregos formais. Esse número corresponde a 1,3% do total de empregos da Região de Integração Baixo Amazonas e 0,1% do total de empregos no estado. O setor público continua sendo o maior gerador de empregos no município, com 901 vínculos formais, o que indica uma forte dependência da administração pública local. O comércio, que possui 9 estabelecimentos, emprega apenas 18 pessoas formalmente, refletindo a ainda pequena dinamização econômica no setor privado.

Dessa forma, o município de Curuá apresenta um perfil demográfico jovem, com uma grande parcela da população vivendo em situação de vulnerabilidade social. Sua economia é predominantemente voltada para a administração pública e atividades relacionadas à agropecuária, com uma infraestrutura econômica que ainda enfrenta desafios para o desenvolvimento de setores como a indústria e o comércio. A geração de emprego formal, embora ainda limitada, está concentrada no setor público, o que destaca a importância de políticas públicas para o fomento ao empreendedorismo local e ao crescimento sustentável da economia.

2. 2. Formação institucional municipal em Curuá – Pará

Em divisões territoriais registradas em 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, o distrito de Curuá pertencia ao município de Alenquer. No quadro estabelecido para o período de 1944 a 1948, o distrito de Curuá continuou fazendo parte do município de Alenquer, mantendo essa configuração na divisão territorial de 1º de junho de 1995. Com a promulgação da Lei Estadual nº 5924, em 28 de dezembro de 1995, Curuá foi elevado à categoria de município, desmembrando-se de Alenquer, com sede no antigo distrito de Curuá. O município foi oficialmente instalado em 1997. De acordo com a divisão territorial de 15 de julho de 1997, o município era composto apenas pelo distrito-sede, estrutura que se manteve na divisão territorial de 2007. (Portal da Transparência da Prefeitura de Curuá, 2025).

Curuá, município situado no Estado do Pará, Brasil, tem uma história de transformações e desafios que refletem o processo de ocupação da região amazônica. A origem do município remonta ao final do século XVIII, quando os padres capuchos da Piedade estabeleceram uma missão catequista às margens do rio Curuá, com o objetivo de atrair os índios locais. Essa missão, chamada Arcozelos, enfrentou dificuldades estruturais e conflitos que levaram ao seu

abandono pelos padres, que seguiram para outras regiões, contribuindo para a formação de Alenquer.

Em 1º de janeiro de 2025, o município de Curuá deu início a uma nova gestão municipal com a posse do prefeito Jair Damasceno, do vice-prefeito Lauro Célio Ribeiro Moreira e de sua equipe de gestão. Os vereadores eleitos para o novo mandato também tomaram posse, sendo eles: Cica da Colônia, Diego Pereira, Jelder Ribeiro, Babão (UNIÃO), Guinho da Ótica do Povo, Professor Anilton, Professora Lordenes, Junhão e Vanna Ribeiro. Este grupo de vereadores será responsável por representar a população de Curuá na Câmara Municipal, discutindo e aprovando as leis que impactam diretamente a vida dos cidadãos.

Para atender às demandas da população e promover o desenvolvimento local, a administração de Curuá é composta por diversas secretarias municipais, cada uma com responsabilidades e competências específicas.

A Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, sob a liderança de Clenison Ribeiro Cardoso, tem como missão coordenar as ações de gestão de pessoas, orçamento, finanças e administração de materiais, além de supervisionar o controle interno, os recursos logísticos e a gestão tributária. A atuação dessa secretaria é fundamental para garantir o bom funcionamento da máquina pública e otimizar os recursos financeiros disponíveis.

A Secretaria Municipal de Educação, sob o comando de Fábio Conceição Miranda, é responsável por planejar e executar as políticas públicas educacionais no município, garantindo que a população tenha acesso a uma educação de qualidade. A secretaria coordena as ações de ensino público, desde a educação infantil até o ensino fundamental, e busca melhorar a infraestrutura escolar e os serviços educacionais para atender a todas as necessidades da população.

A Secretaria Municipal de Saúde, dirigida por Markell Anderson Monte de Melo, desempenha papel essencial no planejamento e execução das políticas de saúde pública no município. A secretaria atua no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e tem como objetivo garantir o acesso da população aos serviços de saúde básica e especializada, promovendo ações preventivas e assistenciais para melhorar a saúde e o bem-estar da comunidade.

A Secretaria Municipal de Assistência Social, sob a liderança de Francilene Silva dos Santos Damasceno, foca na promoção do bem-estar social e no atendimento a cidadãos em situação de vulnerabilidade. A secretaria coordena programas de transferência de renda, geração de emprego e renda, e promove ações que garantem direitos sociais, visando à inclusão e ao desenvolvimento social de grupos vulneráveis.

A Secretaria de Infraestrutura, Trânsito e Saneamento, dirigida por André Lopes Chaves,

tem como responsabilidades o planejamento e a execução de ações de urbanização, transporte e saneamento básico. Além disso, cuida da limpeza urbana e da iluminação pública, atuando de forma contínua para garantir que a infraestrutura do município atenda às necessidades de sua população e proporcione uma melhor qualidade de vida.

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento, sob a liderança de Cícero Bezerra dos Santos, coordena a política agrícola municipal, prestando assistência aos produtores rurais e promovendo ações que garantem a segurança alimentar familiar. A secretaria também trabalha para melhorar a produção agrícola e garantir a oferta de alimentos no município, apoiando a economia local e o desenvolvimento rural.

A Secretaria de Pesca, dirigida por Antônio Nunes Pereira, tem a função de planejar e executar ações voltadas ao fomento da aquicultura e da pesca, áreas fundamentais para a economia de Curuá. A secretaria busca fortalecer esses setores, implementando programas que incentivam a produção e comercialização desses produtos, contribuindo para o fortalecimento da economia local.

A Secretaria de Meio Ambiente e Apicultura, cuja liderança ainda não foi definida, é responsável pela implementação das políticas de preservação ambiental e gestão dos recursos hídricos no município. A secretaria atua na coordenação de ações que visam a proteção e a melhoria do meio ambiente, promovendo um desenvolvimento sustentável e a preservação das riquezas naturais da região.

Por fim, a Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, dirigida por Cíntia Silva de Almeida, tem como objetivo promover o desenvolvimento cultural e esportivo de Curuá. A secretaria articula projetos e eventos que incentivam a prática esportiva e valorizam a cultura local, além de contribuir para o fortalecimento da identidade cultural do município e a inclusão social por meio de atividades culturais e recreativas.

A administração municipal de Curuá, sob a liderança do prefeito Jair Damasceno, do vice-prefeito Lauro Célio Ribeiro Moreira e da equipe de secretários e vereadores, tem o desafio de continuar promovendo o desenvolvimento econômico, social e ambiental do município, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços públicos essenciais e que o município se desenvolva de forma sustentável e inclusiva. A gestão pública de Curuá está comprometida com a melhoria da qualidade de vida da população e com o fortalecimento da democracia local, juntamente com o Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento utilizado pelos municípios para a definição das ações e prioridades de governo para um período de quatro anos, alinhando-se às metas e aos objetivos do governo local. A sua elaboração deve ser feita em conformidade com a Constituição Federal e as leis de diretrizes orçamentárias,

servindo como uma ferramenta essencial para o planejamento de longo prazo da administração pública.

O orçamento público é uma ferramenta essencial na administração financeira do governo, seja ele em nível federal, estadual ou municipal. Através dele, são planejadas e detalhadas as receitas e despesas que serão realizadas ao longo de um determinado período, geralmente de um ano. A Lei Orçamentária Anual (LOA) tem como principal objetivo estabelecer as ações que o governo irá executar, os valores que serão gastos e as fontes de arrecadação necessárias para o financiamento dessas ações. Em outras palavras, a LOA é um programa de trabalho do governo, que traduz as prioridades e as necessidades da população em números e ações concretas.

Além da LOA, o orçamento também deve ser compatível com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O PPA é uma ferramenta de planejamento de longo prazo, com duração de quatro anos, que visa estabelecer as políticas públicas e as metas de governo. A LDO, por sua vez, define as diretrizes para a elaboração da LOA, incluindo as prioridades do governo e as regras fiscais que devem ser seguidas. Assim, para que o orçamento seja eficaz, é necessário que as metas e objetivos do PPA, da LOA e da LDO estejam alinhados, garantindo a execução eficiente das políticas públicas.

A compatibilidade entre esses três instrumentos de planejamento orçamentário é fundamental para a realização das políticas governamentais, uma vez que assegura que os recursos financeiros disponíveis sejam utilizados de forma planejada e estratégica. Se algo não estiver previsto no orçamento ou nos planos associados, não poderá ser executado, o que enfatiza a importância do planejamento orçamentário para o bom funcionamento da máquina pública (SOSTMEIER, 2012; FEIJÓ, 2015).

De acordo com Xerez (2013, p.2), o orçamento público, seja da União, dos Estados ou dos Municípios, possui uma função essencial na administração pública. Segundo Silva (1997, p.181), o orçamento visa evidenciar, de forma tanto qualitativa quanto quantitativa, as políticas econômico-financeiras que o governo pretende implementar. Em outras palavras, o orçamento público não se limita a um simples documento de previsões financeiras, mas é uma ferramenta estratégica que reflete as prioridades do governo para o período orçamentário, servindo como um plano de ação para a execução das políticas públicas.

Neste contexto, o orçamento não apenas indica quanto será gasto, mas também como os recursos serão distribuídos entre os diferentes setores e áreas de atuação, proporcionando uma visão clara dos objetivos do governo e das metas que precisam ser atingidas. Ele traduz as intenções do governo em ações concretas, alinhadas às suas estratégias econômicas, sociais e

de desenvolvimento. Assim, o orçamento se torna um instrumento de transparência e controle, além de ser uma base para a implementação eficaz das políticas públicas.

Essa definição reforça a ideia de que o orçamento público é mais do que uma ferramenta administrativa; ele é um reflexo direto das escolhas políticas e econômicas do governo e, portanto, deve ser elaborado com base nas necessidades da população e nas metas de longo prazo do Estado, para que se atinja os objetivos desejados de forma eficiente e responsável.

No caso do município de Curuá, a Lei sancionada pelo Prefeito Municipal institui o PPA para o quadriênio de 2022 a 2025, conforme disposto no Art. 165, § 1º da Constituição Federal e o § 10, inciso I do artigo 146 da Lei Orgânica Municipal. O PPA visa estabelecer programas e ações prioritárias que guiarão o planejamento e a execução das políticas públicas no município durante esse período, com a definição de seus objetivos, indicadores e os montantes de recursos necessários para a execução de despesas de capital e ações de duração continuada.

A principal importância do PPA para Curuá reside no fato de que ele permite à administração pública organizar e direcionar seus esforços de maneira estratégica, com o objetivo de atender às necessidades da população e promover o desenvolvimento sustentável do município. O planejamento realizado no PPA facilita a gestão eficiente dos recursos públicos, garantindo que as metas e ações estejam em conformidade com as expectativas da população e as demandas emergentes. Isso também proporciona maior transparência e previsibilidade nas ações do governo municipal.

A lei também assegura que as prioridades e metas para o exercício financeiro de 2022 estejam detalhadas, conforme definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, possibilitando um alinhamento entre os planos de médio e curto prazo da administração pública. Caso haja necessidade de alterações nos programas ou na inclusão de novas ações, o PPA prevê que tais mudanças podem ser feitas por meio de Projetos de Lei específicos, a fim de garantir que o município se adapte a novas necessidades ou desafios durante o período de vigência.

Além disso, o PPA de Curuá contempla a flexibilidade necessária para realizar ajustes ao longo do período de execução, como mudanças nos produtos e metas das ações do plano, desde que essas alterações estejam alinhadas aos objetivos do programa. Este mecanismo de revisão contínua do plano contribui para a eficácia das políticas públicas, garantindo que o governo possa responder de maneira eficiente a mudanças no contexto econômico, social e ambiental local.

Outro ponto relevante da Lei do PPA de Curuá é a exigência de que o Poder Executivo envie, até 15 de agosto de cada exercício, um relatório de avaliação da execução do Plano à Câmara Municipal. Isso promove maior transparência e o acompanhamento contínuo da

execução das ações, permitindo à população e aos vereadores acompanhar o progresso das metas e, caso necessário, realizar ajustes nas estratégias de gestão pública.

Em suma, o Plano Plurianual de Curuá para o período 2022-2025 representa um marco para a gestão pública do município, pois estabelece uma base sólida para o planejamento e execução de políticas públicas, promove a transparência na administração e garante que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente para atender às necessidades da população. A aprovação deste plano também é um passo importante para a continuidade do desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos de Curuá. O Plano Plurianual (PPA) de Curuá estabelece um conjunto de ações estratégicas e programas que têm como objetivo promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida da população. Essas ações são focadas em áreas essenciais para o crescimento do município, garantindo que as políticas públicas atendam às necessidades da comunidade e fortaleçam a democracia, a inclusão social e a gestão pública. (Plano Plurianual da prefeitura de Curuá 2022-2025, p.25).

O plano da Prefeitura de Curuá (2022-2025) inclui diversas ações para melhorar a qualidade de vida da população. Entre elas, destacam-se o fortalecimento da participação cidadã e a transparência nas decisões políticas, a modernização da administração pública, e a promoção da assistência social para erradicar a pobreza e reduzir desigualdades. Também há um foco na melhoria dos serviços de saúde, com ênfase na atenção básica, e na ampliação da infraestrutura urbana, incluindo saneamento básico. O plano ainda prevê o fomento ao desenvolvimento econômico, melhorias na educação com inclusão social, e incentivo à cultura e ao esporte. Além disso, serão realizadas operações especiais para responder rapidamente a emergências e melhorar as condições de vida em áreas específicas.

Dentro do Plano Plurianual do município, observa-se os programas descritos, como:

1. *Ação Legislativa:* Fortalecer o processo legislativo, garantir a transparência e incentivar a participação popular.
2. *Gestão Administrativa:* Aperfeiçoar a gestão pública para uma administração eficiente e eficaz.
3. *Previdência e Assistência Social:* Promover a inclusão social e melhorar as condições de vida das populações vulneráveis.
4. *Gestão de Saúde Pública:* Melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população.

5. *Gestão de Educação Básica*: Expandir e melhorar a oferta educacional no município.
6. *Incentivo à Cultura e ao Desporto*: Fomentar as atividades culturais e esportivas como ferramentas de inclusão e cidadania.
7. *Urbanização Municipal*: Melhorar a infraestrutura urbana para promover qualidade de vida e acessibilidade.
8. *Saneamento Básico*: Garantir o acesso a água potável e a coleta de esgoto, melhorando as condições sanitárias.
9. *Incentivo ao Desenvolvimento Municipal*: Promover o desenvolvimento econômico sustentável e o fortalecimento da economia local.
10. *Operações Especiais*: Implementar respostas rápidas a situações emergenciais e atender necessidades específicas da população.

O Plano Plurianual (PPA) da Prefeitura Municipal de Curuá descreve uma série de projetos e atividades organizados por unidades orçamentárias que visam a manutenção e desenvolvimento de diversas áreas essenciais à administração pública e ao bem-estar da população local. Essas atividades são distribuídas entre várias secretarias e órgãos do município, com o objetivo de garantir a execução de ações prioritárias nos âmbitos da educação, saúde, infraestrutura, agricultura, cultura e outros setores essenciais.

A Câmara Municipal de Curuá, responsável pela organização legislativa do município, mantém diversas atividades essenciais, como o pagamento de pessoal e encargos, bem como os encargos com publicidade. Essas ações garantem o funcionamento da câmara e a comunicação pública das atividades legislativas. (Plano Plurianual da prefeitura de Curuá 2022-2025,p.33).

A Prefeitura de Curuá, por meio de suas secretarias, implementa diversas ações para o desenvolvimento do município, como:

- **SEMAPF**: Gerencia finanças, moderniza arrecadação e executa desapropriações.
- **SECULT**: Incentiva a cultura, o esporte e o turismo.
- **SEMED**: Melhora a educação com programas de apoio, reformas escolares e aquisição de equipamentos.
- **SEMIT**: Mantém infraestruturas essenciais como água, iluminação e saneamento.
- **SEMAB**: Apoia a agricultura familiar e infraestrutura rural.
- **SEPESCA**: Fomenta a pesca e aquicultura sustentável.
- **FMMA**: Executa ações de conservação ambiental e educação ambiental.
- **FMS**: Mantém a saúde básica e programas de saúde pública.
- **FMAS**: Apoia a assistência social e programas de proteção e geração de renda.
- **FUNDEB**: Financia a educação básica e melhorias na infraestrutura escolar.

Essas ações buscam promover o bem-estar social, econômico e ambiental de Curuá.

Em resumo, o PPA da Prefeitura de Curuá reflete um esforço coordenado para o desenvolvimento do município de forma sustentável e integrada, priorizando a educação, saúde, infraestrutura e a preservação ambiental. A implementação desses projetos e atividades visa não apenas melhorar a qualidade de vida da população, mas também assegurar um crescimento ordenado e inclusivo para as futuras gerações.

O Plano Plurianual de Curuá (PPA 2022-2025) é uma ferramenta estratégica para a gestão pública municipal, com ações claras e objetivas em áreas essenciais para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do município. Ao focar na melhoria da gestão pública, na redução das desigualdades sociais, no fortalecimento da infraestrutura e na promoção da educação, saúde e cultura, o plano busca garantir um futuro mais justo e sustentável para a população de Curuá, com oportunidades de crescimento e bem-estar para todos.

CAPITULO 3 – CAPACIDADES GOVERNATIVAS DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM CURUÁ – PARÁ

3.1 Informações da prefeitura

A Prefeitura de Curuá, localizada no estado do Pará, é responsável pela gestão municipal de uma série de políticas públicas e serviços essenciais para a população local. Sua estrutura administrativa tem como foco o desenvolvimento econômico, social e ambiental, visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. A gestão da cidade envolve o planejamento e a execução de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, infraestrutura, segurança, cultura e meio ambiente, com recursos provenientes de diferentes fontes, como transferências federais, estaduais e arrecadação municipal. A Prefeitura de Curuá busca garantir a eficiência na aplicação desses recursos, sempre com o objetivo de promover o bem-estar da população e o crescimento sustentável do município.

Figura 01: Prefeitura De Curuá



Fonte: [curua.pa.gov.br/ https://sl.bing.net/dSOaznFz9nE](https://sl.bing.net/dSOaznFz9nE)

A Prefeitura é composta por diversas secretarias que atuam em áreas específicas, como a Secretaria Municipal de Administração, Educação, Saúde, Assistência Social, Infraestrutura, Meio Ambiente e Cultura, todas com o compromisso de implementar ações que atendam às necessidades da população e promovam o desenvolvimento local.

Além disso, a administração municipal trabalha para garantir a transparência nas suas ações, promovendo o acesso da população a informações sobre a gestão pública, por meio de canais de comunicação diretos, como o site oficial da Prefeitura e redes sociais, possibilitando uma interação constante entre a administração e os cidadãos.

A gestão pública de um município é fundamental para garantir o bem-estar da população e o desenvolvimento sustentável local. No caso de Curuá, a gestão das finanças públicas tem um papel crucial na implementação de políticas públicas eficazes, atendendo às demandas da população e promovendo o crescimento econômico. Os dados financeiros sobre despesas, receitas, impostos e transferências são essenciais para analisar a eficiência da administração pública, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial ao

ODS 17, que visa fortalecer a implementação da Agenda 2030, aumentar a receita, reduzir as despesas de custeio e aumentar os investimentos.

Em 2020, o município de Curuá apresentou um bom desempenho financeiro, com receitas correntes de R\$ 41,9 milhões e despesas correntes de R\$ 37,2 milhões. Esse resultado gerou um superávit de R\$ 4,7 milhões, o que indica que, no ano em questão, a administração municipal conseguiu controlar as despesas e gerar recursos suficientes para cobrir suas obrigações, além de gerar um excedente positivo.

Esse superávit reflete um bom equilíbrio fiscal, essencial para o planejamento de investimentos em áreas como saúde, educação, infraestrutura e desenvolvimento social. Um superávit fiscal também permite ao município aumentar a capacidade de investir em projetos estruturantes, como obras públicas e melhorias nos serviços essenciais, cumprindo com as metas de sustentabilidade e bem-estar da população, conforme preconizado pelo ODS 17.

No entanto, ao longo do período de 2017 a 2020, a gestão municipal de Curuá enfrentou alguns desafios financeiros. O município registrou dois anos consecutivos de déficit no resultado primário das suas contas públicas, o que significa que as despesas superaram as receitas durante esses anos. Esse desequilíbrio fiscal pode ser causado por diversos fatores, como a falta de planejamento orçamentário, queda nas receitas provenientes de transferências do Estado ou da União, ou aumento nas despesas correntes.

Apesar dos déficits registrados, o município conseguiu recuperar sua saúde fiscal em 2020, com o superávit mencionado. No entanto, o déficit primário nos anos anteriores pode ter gerado dificuldades para o município em realizar investimentos em projetos essenciais, como infraestrutura e programas sociais, que dependem de uma boa gestão fiscal.

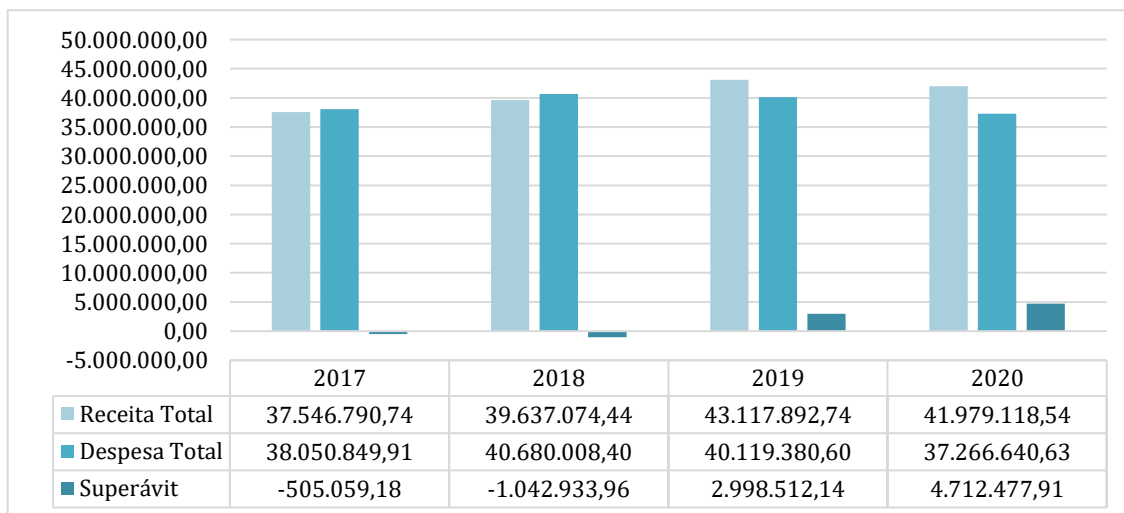
O município, apresenta uma estrutura econômica diversificada, embora com um forte predomínio de determinados setores que impactam diretamente na formação de seu Produto Interno Bruto (PIB). Em 2018, a composição do PIB do município revelou a importância da Administração Pública para a economia local, com este setor contribuindo com R\$ 64,5 milhões, o que representa 51,8% do Valor Adicionado (VA). Isso é reflexo da forte presença do poder público municipal, estadual e federal, que responde por uma significativa parcela da produção econômica e da geração de empregos no município. Além da Administração Pública, outros setores que se destacam na economia de Curuá são a Agropecuária, os Serviços e a Indústria. Em termos de participação no PIB de 2018, a Agropecuária foi responsável por R\$ 32,2 milhões, representando 25,9% do VA, seguida pelos Serviços, com R\$ 20,3 milhões e uma participação de 16,3%, e pela Indústria, que gerou R\$ 4,5 milhões, correspondendo a 3,6%. (FAPESPA, 2021).

Nos últimos anos, a prefeitura tem buscado implementar melhorias nos setores básicos, mas enfrenta desafios relacionados à escassez de recursos financeiros e a dificuldades estruturais. A administração local, ciente da importância de fortalecer as capacidades governativas, trabalha para garantir maior eficiência no uso dos recursos públicos, além de buscar inovações em processos administrativos e de atendimento à população.

As informações sobre a situação fiscal de Curuá são extraídas de dados oficiais fornecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os quais detalham as receitas, despesas, impostos e transferências municipais. Tais indicadores estão em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para o ODS 17, que enfoca as estratégias necessárias para implementar a Agenda 2030, visando melhorar as condições financeiras e sociais do município. Esse objetivo aborda ações como o aumento da receita pública, a redução das despesas correntes e o incremento de investimentos voltados para o bem-estar da população. (FAPESPA, 2021).

Em 2020, o município de Curuá obteve um superávit fiscal de R\$ 4,7 milhões, com uma receita corrente de R\$ 41,9 milhões e uma despesa total de R\$ 37,2 milhões. No entanto, ao longo do período de 2017 a 2020, a gestão municipal enfrentou dois déficits no resultado primário de suas contas públicas, o que demonstra desafios financeiros em alguns anos desse período. A gestão municipal, apesar de ter alcançado um superávit em 2020, ainda teve dificuldades com o equilíbrio fiscal nos anos anteriores, o que evidencia a necessidade de um planejamento mais eficiente para garantir a sustentabilidade fiscal a longo prazo, conforme o gráfico 03.

Gráfico 3: Receitas e Despesas (2017-2020).

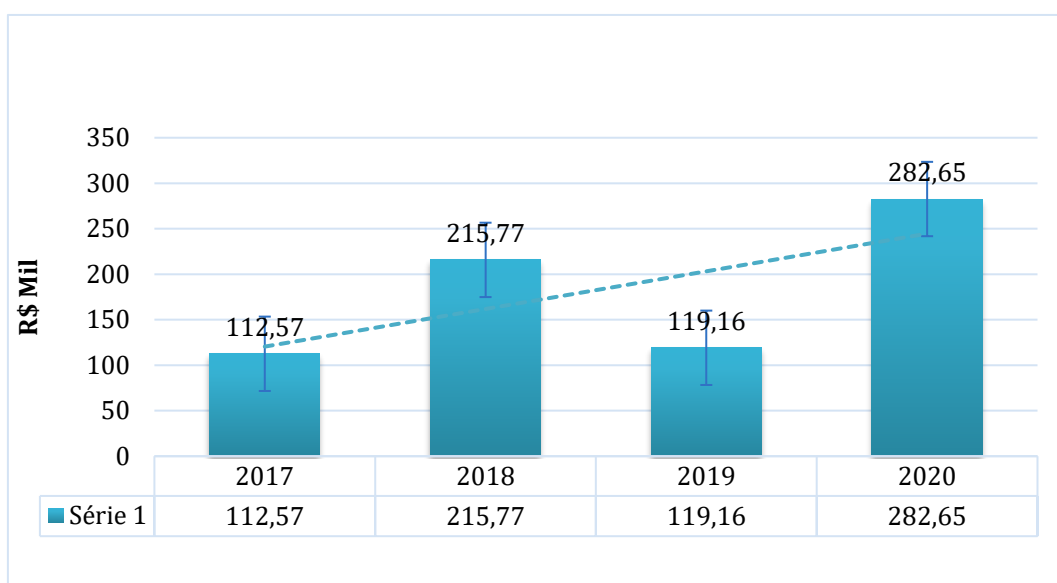


Fonte: FINBRA/STN. Elaboração: FAPESPA/FAMEP. Nota: valores corrigidos pelo IPCA-Dez/19

Entre os anos de 2017 e 2020, a Prefeitura Municipal de Curuá enfrentou dois déficits no resultado primário de suas contas públicas, conforme os dados fornecidos pelo Tesouro Nacional. Esse cenário indica que, durante esses períodos, as despesas superaram as receitas, o que pode refletir desafios na gestão fiscal, como o aumento dos gastos públicos ou a dificuldade em aumentar a arrecadação. Esses déficits também podem sinalizar a necessidade de readequação nas políticas orçamentárias e nas estratégias de administração financeira, a fim de garantir o equilíbrio das contas e a sustentabilidade fiscal do município.

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é um tributo aplicado sobre a prestação de serviços, sendo cobrado tanto de empresas quanto de profissionais autônomos, e é considerado o principal imposto do município. De 2017 a 2020, a administração municipal registrou um aumento significativo de 151% na arrecadação desse tributo, conforme descrito no gráfico 04.

Gráfico 4: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.



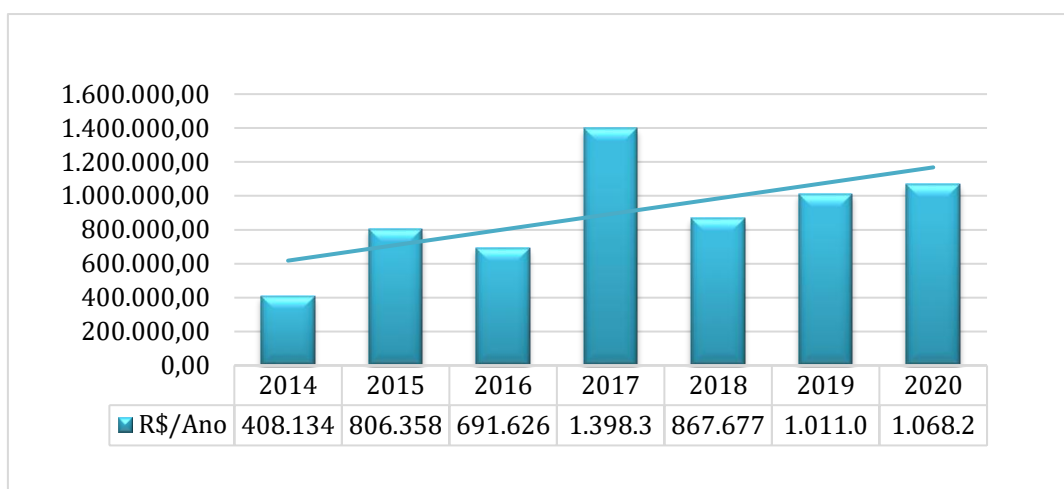
Fonte: FINBRA/STN. Elaboração: FAPESPA/FAMEP. Nota: valores corrigidos pelo IPCA-Dez/19.

Entre os anos de 2017 e 2020, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), considerado o principal tributo municipal de Curuá, teve um crescimento real de 151%, conforme dados divulgados pelo Tesouro Nacional. Esse expressivo aumento no valor arrecadado reflete a ampliação das atividades econômicas e o fortalecimento do setor de serviços no município, impulsionado por uma maior formalização de prestadores de serviços e a implementação de políticas fiscais mais eficientes. O crescimento do ISSQN também demonstra um avanço na capacidade de gestão tributária da administração municipal, que

contribuiu diretamente para o aumento da arrecadação e, conseqüentemente, para a melhoria da oferta de serviços públicos essenciais à população.

No que diz respeito à implementação de boas práticas de gestão ambiental no município, Curuá recebeu, em 2020, a quantia de R\$ 1,068 milhão referente ao ICMS Verde, valor repassado pelo governo estadual. Entre 2014 e 2020, o município alcançou um expressivo crescimento de 162% no montante recebido por meio desse repasse. Acompanhe no gráfico 05 abaixo.

Gráfico 5: Evolução do Repasse de ICMS Verde.

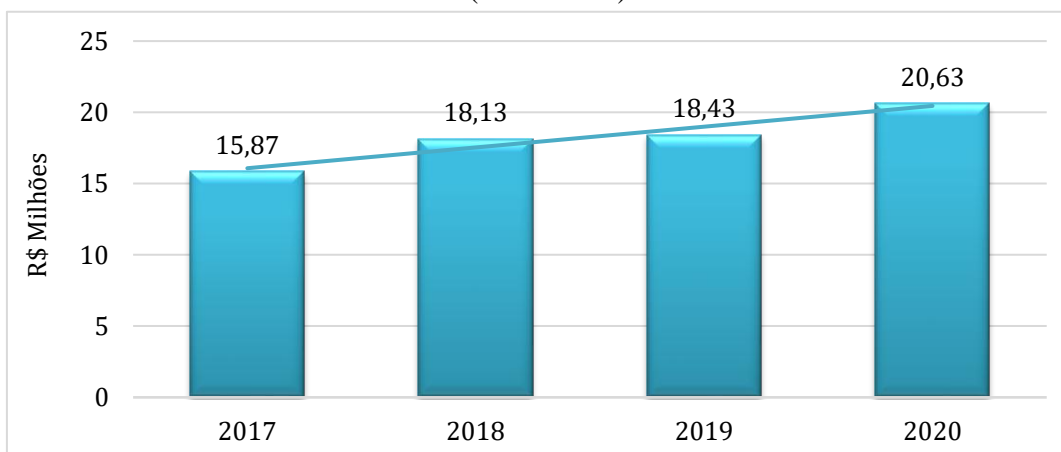


Fonte: SEMAS. Elaboração: FAPESPA/FAMEP. Nota: valores corrigidos pelo IPCA a preços de dez/2020.

Entre os anos de 2014 e 2020, o município de Curuá registrou um significativo aumento de 162% no valor do ICMS Verde repassado pelo governo estadual. Esse crescimento reflete a intensificação das boas práticas de gestão ambiental adotadas pela administração municipal, que resultaram em uma maior conscientização e investimentos voltados para a preservação e conservação ambiental, impactando positivamente os repasses financeiros para o município.

Em 2020, o município de Curuá obteve uma Receita de Transferência no valor de R\$ 20,63 milhões. Entre os anos de 2017 e 2020, os repasses da União para Curuá aumentaram em 30%, conforme o gráfico 06 abaixo.

Gráfico 6: Transferências da União (2017-2020).



Fonte: FINBRA/STN. Elaboração: FAPESPA/FAMEP. Nota: valores corrigidos pelo IPCA-Dez/19.

De acordo com informações do Tesouro Nacional, entre 2017 e 2020, os repasses federais para o município de Curuá aumentaram em 30%.

Esses dados indicam a necessidade de estratégias contínuas para melhorar a gestão fiscal, com o objetivo de garantir a sustentabilidade econômica do município e cumprir as metas de desenvolvimento, focando na melhoria da qualidade de vida da população. A administração pública municipal deve considerar a importância de uma gestão fiscal eficiente, que leve em conta a ampliação da receita, a racionalização dos gastos e o aumento de investimentos em áreas essenciais, como saúde, educação e infraestrutura, para o alcance do desenvolvimento sustentável e o cumprimento das diretrizes da Agenda 2030.

A receitas municipais de 2016 a 2022 apresenta uma evolução significativa nas receitas correntes, que passaram de R\$ 31.306.218 em 2016 para R\$ 59.504.503 em 2022. A receita tributária também experimentou um aumento considerável, de R\$ 267.852 em 2016 para R\$ 1.573.096 em 2022, com destaque para o crescimento de impostos como o ISSQN, que subiu de R\$ 48.578 em 2016 para R\$ 418.500 em 2022. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) teve variações nos valores ao longo dos anos, com destaque para 2019, quando atingiu R\$ 15.261. O Imposto sobre a Renda de Pessoas Físicas (IRRF) também apresentou um aumento considerável, de R\$ 133.896 em 2016 para R\$ 1.049.618 em 2022. As receitas transferidas, por sua vez, seguiram um crescimento contínuo, de R\$ 30.604.329 em 2016 para R\$ 57.058.655 em 2022, refletindo o aumento de transferências federais e estaduais, conforme a tabela abaixo.

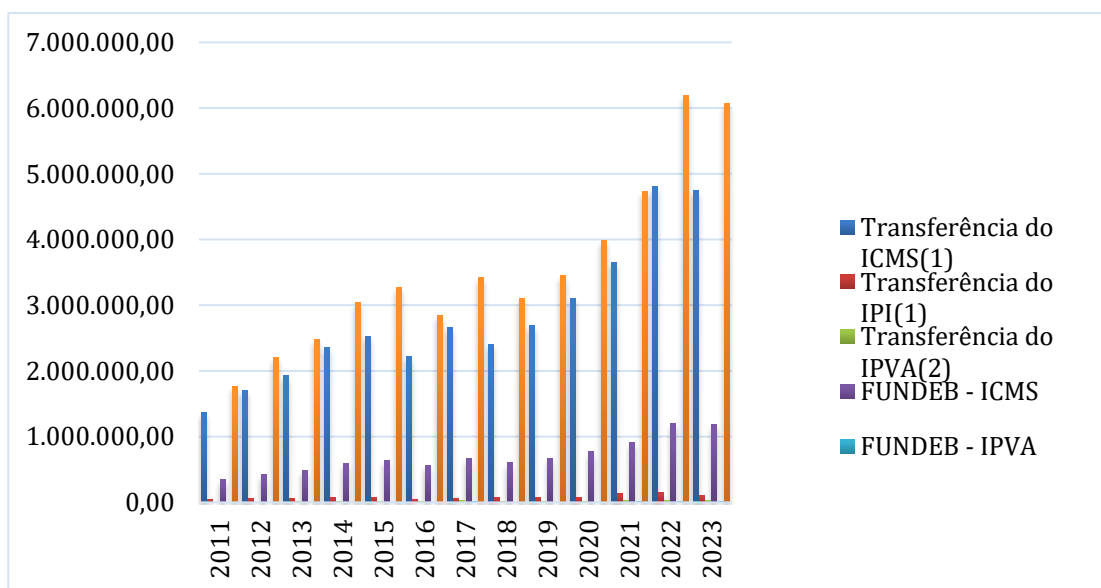
Gráfico 7: Receitas Municipais (2016-2022).

Receitas Municipais	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Receita Corrente	31.306.218	33.051.224	36.250.795	38.123.043	41.398.359	46.927.802	59.504.503
Receita Tributária	267.852	496.036	606.315	496.070	1.022.504	784.915	1.573.096
Impostos	187.535	390.432	474.211	395.354	734.429	673.470	1.479.892
<i>IPTU</i>	4.660	7.694	7.043	15.261	11.252	14.506	11.744
<i>ISSQN(I)</i>	48.578	99.093	199.290	112.718	282.655	190.523	418.500
<i>ITBI</i>	400	180	1.660	—	700	200	30
<i>IRRF</i>	133.896	283.465	267.878	267.375	439.822	468.241	1.049.618
Taxas	80.317	105.604	132.105	100.716	288.075	111.445	93.204
Outras	220.867	11.815	16.282	40.712	2.931	31.121	11.340
Receitas Transferidas	30.604.329	32.314.723	35.463.728	37.520.452	40.325.443	45.992.737	57.058.655

Fonte: STN /Até o ano de 2001 a sigla desse imposto era ISS.
Nota: O total da Receita Própria equivale à soma da Receita Tributária e Outras Receitas Próprias.

As transferências constitucionais do ICMS, IPI, IPVA, FUNDEB-ICMS e FUNDEB-IPVA de 2011 a 2023 mostra o crescimento constante nas transferências realizadas ao município, refletindo uma evolução positiva nos repasses ao longo dos anos. Em 2011, o total de transferências foi de R\$ 1.766.171,23, com destaque para o ICMS, que foi a maior fonte de receita, com R\$ 1.371.428,52. Em 2023, as transferências alcançaram R\$ 6.075.452,73, com o ICMS novamente sendo a maior transferência, atingindo R\$ 4.742.327,46. O IPI também teve crescimento, passando de R\$ 46.806,82 em 2011 para R\$ 106.741,29 em 2023. As transferências do IPVA, embora menores em comparação com o ICMS, mostraram uma variação de R\$ 4.063,02 em 2011 para R\$ 32.641,61 em 2023, refletindo o aumento nas receitas do estado. O FUNDEB-ICMS e o FUNDEB-IPVA também acompanharam esse aumento, com a transferência do FUNDEB-ICMS de R\$ 342.857,13 em 2011 para R\$ 1.185.581,86 em 2023, e o FUNDEB-IPVA subindo de R\$ 1.015,74 para R\$ 8.160,51 no mesmo período. Esses dados mostram uma tendência de aumento nas transferências constitucionais, beneficiando as finanças municipais, o que é crucial para o financiamento de áreas como educação e infraestrutura. Confira o gráfico 07 abaixo.

Gráfico 8: Transferências Constitucionais do ICMS, IPI, IPVA, FUNDEL-ICMS e FUNDEB-IPVA 2011-2023 (R\$ 1,00)



Fonte: SEFA. Nota: Valores Nominais (1) Deduzidos 20,00% de contribuição ao FUNDEB (2) Valor de 50% deduzidos a contribuição ao FUNDEB

3.2 Recursos humanos

A Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças (SEMAPF) de Curuá é uma área fundamental para a organização e o bom funcionamento da administração pública municipal. Esta secretaria tem a responsabilidade de desenvolver e implementar a Política de Pessoal do Poder Executivo Municipal, cuidando de todas as atividades relacionadas à gestão dos servidores públicos. As ações realizadas pela SEMAPF visam garantir que os serviços prestados aos servidores e aos órgãos públicos municipais sejam eficientes, transparentes e atendam às necessidades tanto dos servidores ativos quanto dos ex-servidores. A seguir, são detalhados os serviços oferecidos pela área de Gestão de Pessoas.

A SEMAPF é responsável pela administração do Portal do Servidor, ferramenta online que oferece aos servidores públicos acesso a informações e serviços relacionados aos seus vínculos com o município. Além disso, a gestão dos acessos ao Sistema de Gestão de Pessoas é de competência da secretaria, garantindo que as informações dos servidores estejam organizadas de maneira segura e eficiente. Os servidores podem acessar seus contracheques de forma digital através do Portal do Servidor, promovendo mais agilidade e transparência nos processos de pagamento. A cédula C, documento que contém informações relativas ao servidor, também pode ser emitida por meio do Sistema de Gestão de Pessoas.

A SEMAPF realiza orientações e processos relativos a licenças (como prêmio, saúde, maternidade, etc.), férias, concessão de gratificações e pagamento de verbas rescisórias. A secretaria também é responsável pela formalização e publicação de atos administrativos relativos à nomeação e exoneração de servidores municipais. Outro serviço importante prestado pela SEMAPF é a emissão de documentos como declarações de vínculo, certidões de tempo de serviço e outros documentos que atestam o histórico profissional dos servidores municipais. A secretaria ainda emite a Ficha Financeira (FIC) e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), documentos essenciais para o acompanhamento da vida funcional dos servidores.

A gestão de contratos temporários também está sob a responsabilidade da SEMAPF, que realiza inclusões e distrato de contratos conforme a necessidade da administração. Por fim, a secretaria é responsável pela gestão e fechamento da folha de pagamento dos servidores da Prefeitura Municipal de Curuá, garantindo o pagamento correto e pontual de todos os vencimentos e benefícios.

Essas atividades são essenciais para o bom funcionamento da administração municipal, assegurando que os servidores públicos de Curuá recebam a devida atenção e que os processos relacionados à gestão de pessoal ocorram de forma organizada e eficiente. A SEMAPF desempenha, assim, um papel crucial na manutenção da ordem administrativa e na garantia de que os direitos dos servidores sejam respeitados e cumpridos.

Os recursos humanos na gestão pública municipal de Curuá são um dos pilares para o sucesso das políticas públicas implementadas pela prefeitura. A gestão de pessoal envolve a contratação de servidores para os mais diversos setores, com foco na formação e capacitação contínua para que possam atender de forma eficiente as demandas da população. A prefeitura conta com profissionais nas áreas de saúde, educação, assistência social, urbanismo, finanças, entre outras, sendo responsável pela formação e aprimoramento desses servidores para lidar com as particularidades do município e seus desafios regionais.

Além disso, a administração municipal tem se empenhado em oferecer treinamento e capacitação para seus servidores, promovendo workshops, cursos e parcerias com outras instituições educacionais para garantir que a gestão pública esteja alinhada às necessidades da população e às exigências legais e administrativas. O desenvolvimento de uma gestão de pessoas eficiente é essencial para aumentar a qualidade dos serviços prestados e para que a prefeitura de Curuá consiga executar suas políticas públicas com sucesso, enfrentando os desafios de um município com características econômicas e sociais diversas.

A composição do quadro de pessoal da Administração Direta no município de Curuá é diversificada, incluindo diferentes categorias de servidores, cada uma com suas particularidades quanto ao vínculo empregatício e forma de atuação dentro da gestão pública. O quadro de pessoal da Administração Direta é composto, principalmente, por servidores estatutários, celetistas, comissionados, estagiários e profissionais sem vínculo permanente, que desempenham papéis fundamentais no funcionamento dos diversos serviços públicos prestados à população.

Os servidores estatutários são aqueles que ingressam no serviço público por meio de concurso público, garantindo estabilidade no cargo após o estágio probatório. Este vínculo é regido por um regime jurídico específico, conforme as leis municipais e os estatutos que regem a carreira do funcionalismo público local. Esses servidores ocupam as mais diversas funções, sendo responsáveis pela execução direta de atividades essenciais para a administração pública. A contratação por meio de concurso público proporciona maior segurança jurídica tanto para o servidor quanto para a administração, uma vez que é garantido o cumprimento dos princípios da impessoalidade e da meritocracia na seleção e atuação dos servidores.

Já os servidores celetistas são contratados com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ou seja, possuem um vínculo empregatício regido pelas normas trabalhistas que se aplicam ao setor privado. Esses profissionais têm direitos trabalhistas similares aos dos trabalhadores do setor privado, como férias, 13º salário, FGTS, e rescisão contratual com base nas disposições da CLT. Em alguns casos, os celetistas ocupam funções temporárias ou de caráter transitório, atendendo a necessidades específicas da administração municipal, como serviços não contínuos ou projetos que exigem mão de obra especializada por um determinado período.

Além disso, a administração municipal conta com servidores comissionados, ou seja, profissionais nomeados para cargos de confiança. Os comissionados são indicados para cargos de gestão, assessoramento ou chefia, com base em sua capacidade técnica ou relação de confiança com a gestão pública. Esses servidores não possuem estabilidade e podem ser exonerados a qualquer momento, o que é uma característica distintiva dos comissionados, em contraste com os estatutários. A contratação de comissionados é essencial para a flexibilidade administrativa, pois permite que a gestão pública municipal tenha autonomia para indicar pessoas com a competência necessária para cargos de liderança, sem a rigidez do concurso público.

A presença de estagiários no quadro de pessoal também é uma prática comum. Os estagiários são estudantes que realizam atividades de aprendizagem relacionadas à sua área de formação, como parte de sua formação acadêmica. O estágio é uma forma de integrar teoria e prática, possibilitando que os alunos adquiram experiência profissional em serviços públicos e participem da execução de projetos e serviços de interesse coletivo. Para o município, a utilização de estagiários representa uma forma de incentivar a capacitação profissional e contribuir para a formação de futuros servidores públicos.

Por fim, há também a categoria de profissionais sem vínculo permanente, que são contratados para atender a necessidades temporárias da administração pública. Esses profissionais podem ser contratados para a execução de atividades pontuais ou emergenciais, em casos de substituição de servidores ou em situações em que é necessário reforçar o quadro de pessoal por um período determinado. Eles não possuem estabilidade ou direitos trabalhistas como os celetistas, e o vínculo com a administração é temporário, findando-se com a conclusão das atividades para as quais foram contratados.

Em resumo, a diversidade no quadro de pessoal da Administração Direta de Curuá é refletida pela presença de estatutários, celetistas, comissionados, estagiários e servidores sem vínculo permanente, com cada categoria cumprindo um papel específico dentro da estrutura

administrativa do município. A gestão pública municipal deve buscar um equilíbrio entre essas diferentes formas de contratação, garantindo eficiência, flexibilidade e, ao mesmo tempo, a observância dos direitos e deveres de cada servidor, contribuindo para a execução de políticas públicas que atendam as demandas da população. A forma como o município organiza e mantém seu quadro de pessoal impacta diretamente na qualidade dos serviços prestados e na capacidade de implementação de projetos e ações voltados ao desenvolvimento local.

O quadro de pessoal da Administração Direta do município de Curuá é composto por diferentes categorias de servidores, cada uma com suas especificidades em termos de contratação, direitos e atribuições. No total, a administração pública municipal conta com 780 servidores, distribuídos entre estatutários, comissionados e profissionais sem vínculo permanente.

Dos 780 servidores, 649 são estatutários, ou seja, servidores públicos que ingressaram na administração por meio de concurso público, conforme a legislação municipal que rege o regime jurídico desses profissionais. A estabilidade e os direitos desses servidores são garantidos pela constituição e pelos estatutos específicos do município, proporcionando segurança no exercício de suas funções. Os servidores estatutários ocupam diversas funções dentro da Prefeitura, abrangendo áreas fundamentais para a gestão municipal, como educação, saúde, assistência social, infraestrutura e outras.

Não há servidores celetistas no quadro de pessoal da administração municipal de Curuá, o que significa que a gestão municipal optou por não utilizar a modalidade de contratação prevista pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para a maioria dos cargos públicos. A ausência de celetistas pode ser interpretada como uma estratégia para manter o quadro de pessoal predominantemente estável, o que, de certa forma, pode proporcionar maior previsibilidade na execução de políticas públicas de longo prazo.

A Prefeitura também conta com 96 servidores comissionados, que ocupam cargos de confiança. Esses profissionais são nomeados para funções de direção, chefia ou assessoramento, com base na confiança depositada pela administração municipal. Ao contrário dos servidores estatutários, os comissionados não possuem estabilidade e podem ser exonerados a qualquer momento, conforme a necessidade da gestão pública. Os cargos comissionados são importantes para garantir a flexibilidade administrativa e a possibilidade de ajustes na estrutura organizacional da Prefeitura, permitindo que a gestão conte com pessoas capacitadas para ocupar posições estratégicas.

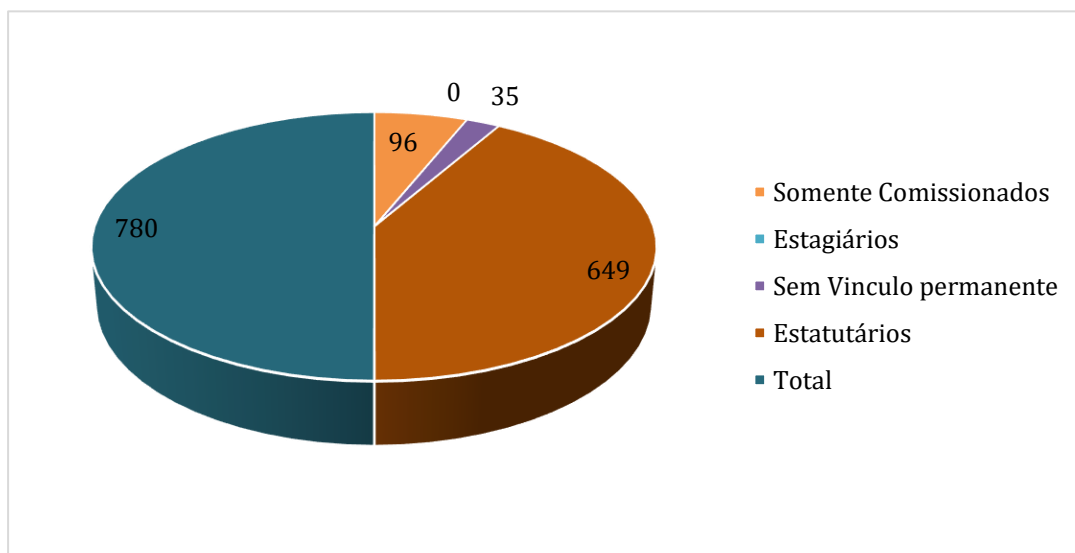
Adicionalmente, há 35 servidores sem vínculo permanente. Esses profissionais são contratados para atender a demandas temporárias da administração pública. As contratações

temporárias podem ocorrer, por exemplo, para suprir ausências de servidores titulares ou para execução de projetos específicos e de curto prazo. O vínculo desses servidores é de natureza temporária, sem a garantia de continuidade após o fim do contrato, e eles não possuem os mesmos direitos dos servidores celetistas ou estatutários, como a estabilidade ou a continuidade no serviço público.

É relevante destacar que não há estagiários no quadro de pessoal da administração direta de Curuá. Isso pode indicar que o município ainda não adota programas formais de estágio em sua estrutura pública ou que, em determinado período, não houve demanda para essa modalidade de contratação. Os estagiários desempenham um papel importante ao integrar a formação acadêmica com a prática profissional, e sua ausência pode representar uma oportunidade não explorada para o município, tanto para a capacitação dos jovens quanto para o fortalecimento de sua equipe.

Já na administração indireta, os recursos humanos são estruturados de acordo com as necessidades e especificidades da gestão, mas, no caso apresentado, não há menção à existência de pessoal na administração indireta. Assim, a distribuição dos recursos humanos varia conforme o tipo de vínculo, com cada grupo desempenhando funções específicas dentro da estrutura pública. Gráfico 08 abaixo:

Gráfico 9: Composição do quadro de pessoal da administração direta.



Fonte: IBGE - Cidades, 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Em síntese, a composição do quadro de pessoal da administração direta de Curuá é formada predominantemente por servidores estatutários, com um número expressivo de comissionados ocupando cargos de liderança e assessoramento. A gestão pública municipal também recorre a contratações temporárias para atender demandas específicas, mas não adota

a modalidade de contratos celetistas ou estágios de forma formal. Essa organização pode ser reflexo da estratégia do município em manter a estabilidade de sua força de trabalho, ao mesmo tempo em que assegura flexibilidade para atender às necessidades emergenciais da administração pública.

3.3. Habitação em Curuá em 2020

A produção habitacional na Amazônia reflete a desigualdade socioeconômica característica do sistema capitalista, no qual o acesso a uma moradia digna e à infraestrutura necessária para uma vida adequada está intimamente vinculado à classe social das famílias. Assim como em outras regiões do Brasil, a Amazônia enfrenta elevados índices de condições habitacionais precárias. As famílias de baixa renda, por não terem condições de acessar o mercado privado de habitação, acabam vivendo em áreas de menor infraestrutura e condições de vida, evidenciando a disparidade no acesso à moradia. Essa desigualdade social se manifesta diretamente na forma de moradia, evidenciando uma tendência geral no país.

Na região amazônica, as condições precárias de moradia para as famílias de baixa renda apresentam características específicas que refletem a diversidade urbana local. Entre essas particularidades, destacam-se as moradias de madeira, comuns na região, e a proximidade das casas com os rios, que são fundamentais para a vida cotidiana das famílias. Além disso, as grandes distâncias geográficas entre as cidades, muitas vezes acessadas apenas por barco, contribuem para desafios adicionais no acesso a serviços e infraestrutura. As necessidades habitacionais também incluem espaços amplos para redes e cozinhas grandes, bem como áreas externas para a criação de animais, o cultivo de pequenos produtos agrícolas para subsistência e a realização de atividades que geram renda para a família. Essas especificidades revelam como o contexto regional influencia as formas de habitação e as condições de vida das famílias na Amazônia.

Conforme Santana (2012, p. 78), o investimento insuficiente do poder público em políticas de infraestrutura nas pequenas cidades está diretamente ligado à divisão socio territorial do trabalho capitalista. Nessa lógica, o espaço é cada vez mais produzido com o objetivo de atender às necessidades de produtividade e lucro. Dessa forma, a criação de infraestrutura física e social varia em escala nacional, regional ou local, dependendo do que cada lugar pode oferecer e como se insere na lógica de acumulação do capital.

Com base nas informações apresentadas sobre o município de Curuá, observa-se que, embora tenha sido elaborado um plano habitacional em 2020, a ausência de uma conferência específica para o setor habitacional compromete a eficácia da gestão municipal. Conforme

discutido por Santana (2012), o investimento e a qualidade das políticas públicas, como as de infraestrutura habitacional, são profundamente influenciados pela lógica de acumulação do capital e pela capacidade do município de atender às demandas do mercado e da produtividade. No caso de Curuá, a falta de uma conferência habitacional dificulta a avaliação precisa e a adequação das ações de política pública para a realidade local, o que reflete diretamente uma gestão fragilizada. A ausência desse espaço de participação e monitoramento impõe obstáculos ao processo de revisão e aperfeiçoamento contínuo das políticas de habitação, comprometendo, assim, a transparência e o planejamento a longo prazo. Isso também reflete um distanciamento das necessidades reais da população, já que a gestão habitacional não é suficientemente alinhada com a realidade local, impactando a efetividade das soluções propostas.

Quadro 01: Aspecto do plano municipal de habitação de Curuá em 2020

Plano municipal de habitação – existência	Sim
O município realizou alguma Conferência Municipal de Habitação nos últimos 4 anos	Não

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

A política de assistência social configura-se como um direito fundamental de todos os cidadãos, sendo imprescindível para garantir que as famílias em situação de vulnerabilidade tenham acesso a um atendimento de qualidade. Nesse contexto, o Conselho Municipal de Habitação desempenha um papel crucial, incumbido da fiscalização e acompanhamento dos projetos de ampliação habitacional, assegurando que estes sejam efetivamente implementados e atendam às necessidades da população.

Além disso, os Fundos Municipais são instrumentos essenciais, pois concentram os recursos financeiros destinados ao setor habitacional, possibilitando a execução de políticas públicas nessa área. No cotidiano da Prefeitura Municipal de Curuá, os programas habitacionais não só são fundamentais para atender o público em situação de necessidade, mas também são necessários para garantir a regularidade e continuidade da liberação de recursos, promovendo a sustentabilidade e o êxito das iniciativas habitacionais.

Quadro 02: Aspecto do conselho e fundo municipal de habitação de Curuá em 2020

Conselho municipal de habitação - existência	Sim
Fundo municipal de habitação - existência	Sim

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

O Governo Municipal de Curuá, por meio da Secretaria de Assistência Social, efetuou, no ano de 2020, o levantamento das famílias interessadas em acessar uma moradia popular. No entanto, não foi divulgado o quantitativo de famílias que manifestaram interesse. Essa ação, embora relevante, revela uma lacuna na transparência e no fornecimento de informações essenciais para a sociedade e para o próprio planejamento municipal.

O levantamento é de suma importância, pois permite ao gestor municipal compreender a dimensão da demanda habitacional dentro do município, fornecendo uma base para o alinhamento com os programas habitacionais do Governo Federal. A partir desse diagnóstico, a prefeitura pode classificar as famílias em situação de vulnerabilidade, facilitando a implementação de políticas públicas mais assertivas e direcionadas. Além disso, o levantamento cria um cenário favorável para o desenvolvimento de novas perspectivas em políticas habitacionais, favorecendo a adequação das ações à realidade local e ampliando as possibilidades de acesso à moradia digna para a população em situação de risco.

Quadro 03: Aspecto do cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais de Curuá em 2020

Cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais - existência	Sim
---	-----

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

O cenário de loteamentos irregulares ou clandestinos é uma realidade perceptível em diversos municípios paraenses, e o município de Curuá não é uma exceção. A partir dos dados coletados no levantamento municipal de 2020, observa-se a presença de loteamentos regulares de baixa renda, embora a política habitacional existente não consiga atender plenamente à demanda populacional. Essa situação coloca o município como um agente crucial no processo de aperfeiçoamento e adequação das políticas habitacionais, uma vez que há uma necessidade urgente de ampliar e melhorar as estratégias para suprir essa carência.

Outro fator de preocupação em relação à regularidade habitacional são as ocupações de terrenos realizadas por movimentos de moradia, onde famílias, sem condições financeiras adequadas, ocupam áreas públicas ou privadas em busca de uma solução para a falta de moradia digna. Embora o município conte com o programa "Sua Casa", que, no final de 2020, beneficiou 79 famílias com reformas e ampliações de moradias, a demanda por assistência habitacional continua a ser um desafio considerável. Este programa, realizado em parceria com o Governo Federal, contribui para melhorar as condições de vida da população, mas ainda é insuficiente para atender à totalidade das necessidades habitacionais.

Vale destacar que, no município de Curuá, não há a presença de favelas, mocambos, palafitas ou outros tipos de assentamentos informais, como cortiços e cabeças-de-porco, o que é um ponto positivo. No entanto, como em muitas cidades de pequeno porte e com áreas demográficas limitadas, o acesso ao financiamento de moradia é dificultado, o que faz com que a população dependa majoritariamente dos programas federais de habitação.

O Estado, como agente estruturador do território, tem se empenhado em atender às questões sociais, mas ainda enfrenta desafios significativos, como a desigualdade na distribuição de renda, que acarreta em necessidades habitacionais não atendidas, especialmente entre os trabalhadores de baixa renda. A falta de recursos e de uma distribuição equitativa de terras tem gerado conflitos e contribuído para o surgimento de assentamentos irregulares em várias regiões do estado.

Para que as políticas públicas habitacionais sejam efetivas e possam realmente atender às necessidades da população, é essencial uma reformulação das estratégias sociais. Isso inclui a criação de mecanismos que garantam o acesso à moradia para todos os cidadãos, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade, além de uma maior articulação entre as esferas municipal, estadual e federal, com vistas a promover a justiça social e reduzir os impactos econômicos e sociais relacionados à questão habitacional.

Quadro 04: Aspecto de favelas, cortiços e loteamentos irregulares de Curuá em 2020

Loteamentos irregulares e/ou clandestinos	Sim
Ocupações de terrenos ou prédios por movimentos de moradia	Sim
Favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados	Não
Cortiços, casas de cômodos ou cabeças-de-porco	Não

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

De acordo com os dados da Munic de 2020, o município de Curuá não disponibiliza o programa de benefício de aluguel social, o que indica uma lacuna significativa nas políticas habitacionais voltadas para as famílias em situação de vulnerabilidade. O aluguel social é uma importante ferramenta para apoiar temporariamente as famílias que não possuem condições de acessar uma moradia digna, permitindo que elas se estabilizem enquanto aguardam uma solução definitiva, como a oferta de moradia popular ou a regularização de suas condições habitacionais.

Ademais, observa-se que não há registros de ações ou programas habitacionais implementados nos anos de 2018 e 2019, o que reforça a ausência de políticas eficazes no setor

durante esse período. A falta de iniciativas nesse intervalo de tempo agrava a situação da população em situação de risco e evidencia a necessidade urgente de uma reestruturação nas políticas públicas municipais para atender as demandas habitacionais de maneira mais eficaz.

A ausência de programas habitacionais de relevância, como o aluguel social, reflete a necessidade de um planejamento mais robusto e a implementação de ações concretas para garantir acesso à moradia para todos os cidadãos, especialmente para aqueles em maior vulnerabilidade.

Quadro 05: Aspecto de programas ou ações na área de habitação de Curuá em 2020

A prefeitura tem algum programa que conceda o benefício do aluguel social	Não
Foram realizados pela prefeitura, no ano de 2018 e/ou 2019, programas ou ações.	Não

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

3.4. Transporte em Curuá em 2020

A qualidade da mobilidade urbana é um elemento central para o aprimoramento da qualidade de vida da população, especialmente nas áreas urbanas, onde o deslocamento eficiente e seguro é fundamental para o bem-estar dos cidadãos. O planejamento integrado é crucial para que a Prefeitura consiga promover melhorias na mobilidade, fazendo com que este tema se torne uma das prioridades da gestão municipal. Nesse contexto, a Lei 12.587/2012, que regulamenta a Política Nacional de Mobilidade Urbana, estabelece que cada município deve elaborar e executar seu próprio planejamento de mobilidade, alinhado ao que é previsto no Estatuto da Cidade, promovendo um crescimento urbano sustentável e organizado.

No caso de Curuá, conforme os dados apresentados no relatório da Munic de 2020, o município possui um Plano Municipal de Transporte, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população, especialmente no que diz respeito ao deslocamento urbano. No entanto, observa-se que, nos últimos quatro anos, não foi realizada nenhuma conferência municipal de transporte, o que impede a atualização e o aprimoramento das propostas contidas no plano. A realização de conferências é um mecanismo importante, pois permite o envolvimento da sociedade, a revisão das necessidades locais e a adaptação das políticas de transporte às novas realidades urbanas.

A ausência de uma conferência municipal de transporte, portanto, pode comprometer a eficácia do Plano Municipal de Transporte, já que ele pode se tornar desatualizado frente a novos desafios urbanos ou mudanças nas necessidades da população. Isso reforça a importância de um acompanhamento contínuo das políticas de mobilidade, com a participação ativa da

comunidade, para garantir que as propostas implementadas atendam efetivamente às demandas da população e contribuem para o desenvolvimento sustentável do município.

Quadro 06: Aspecto do plano municipal de transporte de Curuá em 2020

Plano Municipal de Transporte - existência	Sim
O município realizou alguma Conferência Municipal de Transporte nos últimos 4 anos	Não

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

O Conselho Municipal de Transporte desempenha um papel fundamental na gestão da mobilidade urbana, proporcionando uma instância de participação social e controle das questões relacionadas ao transporte nas cidades. A existência de um Conselho permite que a população, por meio de representantes da sociedade civil e de diversas esferas do governo, acompanhe, fiscalize e contribua para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficientes e ajustadas às necessidades reais dos municípios.

No entanto, no município de Curuá, a ausência tanto do Conselho Municipal de Transporte quanto do Fundo Municipal de Transporte compromete significativamente a gestão das questões relacionadas à mobilidade urbana. Sem o Conselho, a população não tem a oportunidade de influenciar diretamente as decisões sobre transporte e infraestrutura urbana, o que limita a transparência e a efetividade das políticas implantadas. Além disso, a falta de um Fundo Municipal dificulta o financiamento adequado de projetos e ações voltadas para a melhoria do transporte urbano, o que enfraquece a capacidade da administração municipal de implementar o plano de transporte de maneira eficaz.

Essa lacuna institucional torna a gestão de mobilidade urbana mais fragilizada, uma vez que a simples elaboração de um plano municipal sem a devida fiscalização e participação da sociedade pode resultar em ações desalinhadas com as reais necessidades da população. A falta de participação e controle social pode também levar a uma execução deficiente das políticas públicas, o que prejudica a qualidade de vida dos cidadãos e o desenvolvimento sustentável do município. Portanto, é crucial que o município de Curuá estabeleça tanto o Conselho Municipal de Transporte quanto o Fundo Municipal de Transporte, para garantir uma gestão mais democrática, transparente e eficaz no setor de mobilidade urbana.

Quadro 07: Aspecto do conselho e fundo municipal de transporte de Curuá em 2020

Conselho municipal de transporte - existência	Não
Fundo municipal de transporte - existência	Não

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Em 2020, a gestão de transporte de Curuá concentrou esforços no planejamento de ações voltadas para a melhoria do trânsito e a municipalização da gestão do transporte. No entanto, devido às características específicas do município, especialmente por se tratar de uma cidade com aspectos ribeirinhos, o principal meio de transporte da população continua sendo o barco. Esse modelo de transporte é essencial, uma vez que as vias terrestres são limitadas e a circulação por via fluvial é uma das formas mais eficazes de deslocamento, tanto para a mobilidade urbana quanto para a conexão com outras localidades.

Além do transporte fluvial, o município também conta com outros meios de transporte mais comuns nas áreas urbanas, como o mototáxi e o táxi. Esses meios, embora atendam a uma parcela da população, não são suficientes para suprir toda a demanda por mobilidade, especialmente em uma cidade com características ribeirinhas, onde as opções de infraestrutura são mais limitadas. A municipalização do trânsito, portanto, é um passo importante para organizar e regulamentar essas formas de transporte, de modo a garantir maior segurança, eficiência e acessibilidade para os cidadãos.

Contudo, apesar das iniciativas voltadas para a melhoria do trânsito e a regulamentação dos meios de transporte, a gestão precisa considerar a especificidade do contexto local e a capacidade de implementação de políticas públicas adequadas. A oferta de transporte adequado, seguro e sustentável, que leve em conta as limitações geográficas e a realidade social de Curuá, é fundamental para garantir a mobilidade e a qualidade de vida dos seus habitantes. Isso inclui, por exemplo, a modernização e a regulamentação das embarcações, a melhoria das infraestruturas de transporte fluvial e o incentivo à criação de alternativas eficientes de transporte coletivo.

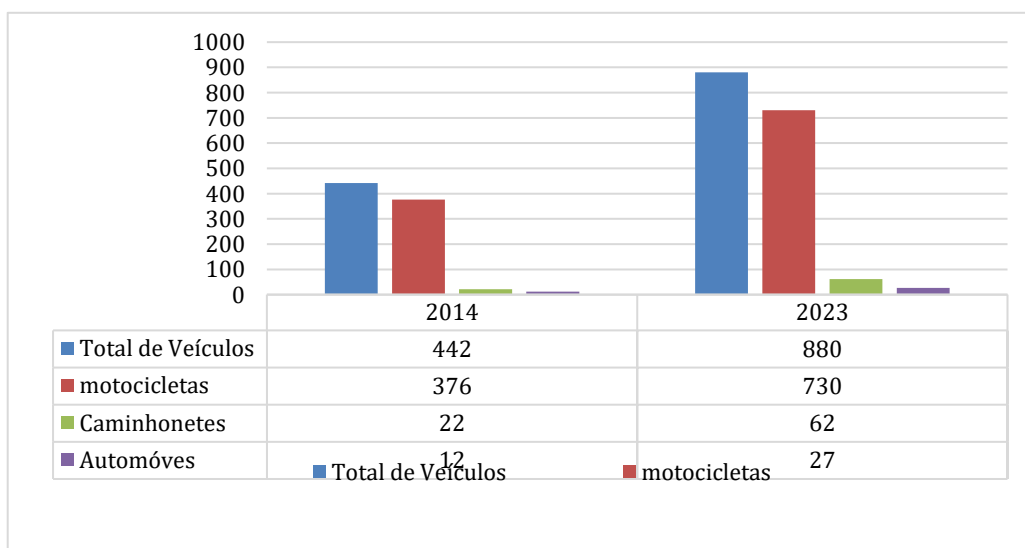
Quadro 08: Aspecto dos serviços de transporte em Curuá em 2020

Barco	Sim
Mototáxi	Sim
Táxi	Sim
Van	Não
Avião	Não
Metrô	Não
Trem	Não

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Os anos 2014 e 2023 revela um aumento no número de veículos registrados ao longo do período. O total de veículos passou de 442 em 2014 para 880 em 2023. Entre os tipos de veículos, as motocicletas destacam-se com um crescimento constante, passando de 376 unidades em 2014 para 730 em 2023. A frota de caminhonetes também teve um crescimento considerável, subindo de 22 em 2014 para 62 em 2023. Os automóveis apresentaram uma variação menor, iniciando com 12 unidades em 2014, alcançando 28 em 2022, e voltando a 27 em 2023. Outros tipos de veículos, como caminhões e micro-ônibus, também mostraram uma tendência de crescimento, mas com números mais modestos. Ao longo dos anos, alguns tipos de veículos como caminhão trator, ciclomotor, quadriciclo, reboque, semi-reboque, side-car e trator de rodas não apresentaram registros, o que indica que não houve variações nesses tipos de veículos no período analisado, segundo a fonte DENATRAN e revista Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA, 2023).

Gráfico 10: Número de Veículos (201 e 2023).



Fonte: DENATRAN Elaboração: FAPESPA/SEPLAD.

A cidade de Curuá, ganhou no dia 11 de janeiro de 2023, a inauguração do Terminal Hidroviário de Curuá, um importante passo para o desenvolvimento da infraestrutura da região. O governador Helder Barbalho, em sua terceira visita ao município durante a gestão, destacou a relevância da obra para a melhoria das condições de transporte e mobilidade, além de reforçar o compromisso do Estado com a melhoria da qualidade de vida dos moradores. A entrega do terminal, que deve atender mais de 2 mil usuários por mês, simboliza o avanço na

implementação de projetos que buscam superar décadas de negligência e ausência de investimentos.

A obra reflete o compromisso do governo em atender às demandas históricas e contribuir para o fortalecimento da infraestrutura do Baixo Amazonas, proporcionando melhorias significativas no transporte, acessibilidade e qualidade de vida para os habitantes da região que necessitam de acesso por meio do Porto Hidroviário.

Figura 4: Terminal Hidroviário de Passageiros Curuá/PA.



Fonte: Carol Menezes, 2020. [Governo entrega Terminal Hidroviário de Curuá, no Baixo Amazonas | Agência Pará](#)

Foto: Marcelo Seabra/ Ag. Pará.

3.5. Agropecuária em Curuá 2020

A política agrícola desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e crescimento econômico de um país, sendo um dos pilares centrais da economia brasileira. No setor agropecuário, a atividade tem uma contribuição decisiva para o PIB nacional, com destaque para o ano de 2020, quando, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor agropecuário foi responsável por 6,8% do PIB. Esses indicadores demonstram a relevância da política agrícola para a economia nacional, evidenciando a importância de estratégias que orientem e regulem as atividades agropecuárias no país.

A política agrícola brasileira é estruturada por um conjunto de normas que visam organizar e otimizar as práticas agropecuárias, sendo regida principalmente pela Lei nº 4.504/64, conhecida como o Estatuto da Terra. Esta legislação tem como função garantir o ordenamento da posse e o uso da terra, além de promover o desenvolvimento rural sustentável e melhorar as condições de vida no campo, visando o equilíbrio entre a produção agropecuária e a preservação ambiental.

No município de Curuá, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, conforme os dados apresentados na Munic de 2020, exerce um papel relevante na formulação e implementação da política rural, atuando em conjunto com a gestão ambiental do município. O

conselho tem como objetivo principal colaborar com as questões agrícolas e ambientais, sendo a instância responsável pela aprovação das ações e projetos vinculados à Secretaria de Agricultura. Dessa forma, todas as decisões relacionadas à política agrícola e ao uso da terra no município passam pela avaliação e aprovação do conselho, garantindo que as políticas sejam efetivas e alinhadas com as necessidades e desafios do desenvolvimento rural local.

A existência de um conselho municipal estruturado e atuante na área rural é fundamental para assegurar que as políticas agrícolas sejam implementadas de maneira eficaz e que as questões ambientais sejam adequadamente consideradas, promovendo o desenvolvimento sustentável da região.

Quadro 09: Aspecto do órgão gestor da política agropecuária de Curuá em 2020

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - existência	Sim
--	-----

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

A ação social no setor agropecuário, no município de Curuá, tem se limitado principalmente a doações de sementes de plantio e adubos, o que tem contribuído positivamente para os produtores rurais, especialmente aqueles vinculados à agricultura familiar. Essas iniciativas, embora importantes, ainda são bastante restritas e não abrangem a totalidade das necessidades do setor agropecuário local. A doação de insumos básicos como sementes e adubos é uma medida que pode ajudar a garantir a produção agrícola em curto prazo, mas não resolve as questões estruturais ou promove o desenvolvimento sustentável a longo prazo.

Um aspecto relevante que ainda não foi contemplado até o ano de 2020 no município de Curuá é a distribuição de alevinos, que poderia ser uma excelente oportunidade para diversificar as atividades econômicas no campo e fortalecer a pesca como uma fonte adicional de renda para as famílias. A Secretaria de Agricultura e Pesca poderia aproveitar esse potencial para implementar programas voltados à aquicultura, beneficiando tanto os pequenos produtores quanto as famílias que dependem da pesca como principal atividade. A introdução de alevinos no município poderia impulsionar a criação de peixes e promover a segurança alimentar, além de abrir novas possibilidades de mercado e renda para os agricultores locais.

Quadro 10: Aspecto de programas ou ações no setor agropecuário de Curuá em 2020

Sementes	Sim
Mudas	Não

Adubos	Sim
Ração ou forragem	Não
Alevinos	Não

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

A ausência de ações ou programas voltados ao estímulo da agricultura familiar, à pesca sustentável, à agricultura orgânica e à produção de hortaliças comunitárias no município de Curuá, conforme os dados da Munic (2020), reflete uma lacuna importante nas políticas de desenvolvimento agropecuário da cidade. Esses setores são essenciais não apenas para a segurança alimentar e o sustento das famílias rurais, mas também para o fortalecimento da economia local e a promoção de práticas agrícolas mais sustentáveis.

A agricultura familiar, por exemplo, é responsável por grande parte da produção de alimentos no Brasil, especialmente no que tange a produtos de consumo básico, como hortaliças, grãos e frutas. A falta de estímulos a esse segmento significa a perda de uma grande oportunidade para garantir a produção local de alimentos e reduzir a dependência de mercados externos. Programas de apoio à agricultura familiar poderiam incluir a oferta de crédito rural, capacitação técnica, assistência para diversificação da produção e apoio à comercialização, além de incentivos à adoção de práticas agrícolas sustentáveis, como a agricultura orgânica.

Além disso, a pesca e a produção de hortaliças comunitárias também são áreas que poderiam ser mais exploradas, especialmente em um município ribeirinho como Curuá, onde a pesca é uma atividade fundamental. Incentivar práticas pesqueiras sustentáveis e a produção de hortas comunitárias não só garantiria a segurança alimentar, mas também fortaleceria a economia local e promoveria a integração comunitária. A falta de ações nesse sentido impede que o município aproveite seu potencial máximo e prejudica o desenvolvimento de soluções inovadoras e sustentáveis para o setor agropecuário.

Quadro 11: A prefeitura desenvolve programa ou ação de estímulo a programas ou ações agropecuárias em Curuá em 2020

Agricultura familiar	Não
Aquicultura	Não
Pesca	Não

Agricultura orgânica	Não
Produção de hortas comunitárias	Não

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

A ausência de ações voltadas para a aquisição de produtos agropecuários diretamente de produtores, entidades ou, especialmente, da agricultura familiar, representa uma falha significativa na gestão da Prefeitura Municipal de Curuá, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca. A aquisição de produtos agropecuários locais, como uma estratégia de incentivo à produção rural, é um importante mecanismo para fortalecer a economia local, garantir a segurança alimentar e incentivar o desenvolvimento sustentável no campo.

Quando o município não adota políticas de compras diretas de produtos agrícolas de seus próprios produtores, perde-se a oportunidade de apoiar a agricultura familiar, que representa uma parcela significativa da produção agrícola no Brasil. A falta de ações de aquisição também impede que os produtores locais tenham acesso a mercados regulares e justos, o que poderia melhorar suas condições de vida e gerar mais renda para as famílias. Além disso, essa ausência de políticas pode resultar em uma dependência maior de produtos de fora do município, prejudicando a economia local e dificultando a geração de emprego e renda no campo.

A implementação de programas de aquisição de produtos agropecuários, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que possibilita a compra direta de alimentos da agricultura familiar para distribuição em escolas, hospitais e outros equipamentos públicos, seria uma estratégia eficaz para o fortalecimento da economia rural local e para garantir o acesso a alimentos frescos e de qualidade para a população.

Quadro 12: Programa ou ação de aquisição de produtos agropecuários do município desenvolvidos pela prefeitura em Curuá em 2020

Aquisição diretamente dos produtores	Não
Aquisição através de entidades (associações, cooperativas etc.)	Não
Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA)	Não

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), implementado pelo Governo Federal, é uma excelente iniciativa para promover o desenvolvimento econômico e social nos municípios, especialmente aqueles com forte presença da agricultura familiar e baixa renda. O PAA tem como objetivo integrar a produção rural dos pequenos agricultores aos programas sociais, adquirindo alimentos diretamente desses produtores para distribuição a populações em situação

de vulnerabilidade, como escolas, hospitais, unidades de assistência social e outros equipamentos públicos. Além de garantir o acesso a alimentos frescos e de qualidade para os beneficiários, o programa contribui para o fortalecimento da agricultura familiar, gerando renda e melhorando a qualidade de vida dos agricultores locais.

No entanto, é lamentável que o município de Curuá não apresente nenhuma ação relacionada ao PAA ou programas similares de aquisição de alimentos. A falta dessa política impede que os produtores rurais, especialmente os agricultores familiares, se beneficiem de uma fonte de renda estável e regular, além de dificultar a inclusão desses produtores nos sistemas de compras governamentais. Isso também significa que o município perde a oportunidade de melhorar a alimentação da população em situação de vulnerabilidade, ao não garantir o acesso a alimentos frescos e produzidos localmente.

A implementação do PAA ou de programas semelhantes em Curuá poderia trazer diversos benefícios para o município, como o fortalecimento da agricultura familiar, a geração de emprego e renda no campo, e a promoção de uma alimentação saudável para a população. Além disso, tais ações ajudariam a melhorar a integração entre as políticas públicas federais e municipais, criando um ciclo virtuoso de desenvolvimento sustentável.

3.6. Meio ambiente em Curuá em 2020

A colaboração entre o governo municipal e o governo estadual é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas que atendam às necessidades da sociedade, especialmente em áreas críticas como saúde, educação, infraestrutura e agricultura. Programas implementados em parceria entre esses dois níveis de governo podem gerar resultados mais eficazes, uma vez que combinam recursos e expertise de ambos os lados, permitindo maior abrangência e eficiência nas ações.

No entanto, conforme os dados apresentados na Munic de 2020, o município de Curuá não conseguiu implementar nenhum programa de parceria entre o governo municipal e o governo estadual durante esse ano. Essa lacuna reflete uma falha significativa na gestão municipal, que, ao não estabelecer parcerias estratégicas com o Estado, perde a oportunidade de potencializar os recursos disponíveis, bem como de oferecer soluções mais robustas e abrangentes para a população.

A ausência de programas de parceria pode ser vista como um reflexo de limitações na capacidade de governabilidade da administração municipal, que não conseguiu articular de maneira eficaz as ações necessárias para otimizar os recursos disponíveis e promover o desenvolvimento do município. Além disso, a falta de tais parcerias compromete a

implementação de ações interinstitucionais que são cruciais para atender às demandas de diferentes setores da sociedade de forma integrada e eficiente.

Portanto, é imperativo que a gestão municipal de Curuá reforce sua capacidade de articulação política e institucional, buscando estabelecer parcerias mais eficazes com o governo estadual e outras entidades. Isso permitirá não apenas o acesso a mais recursos e programas, mas também a criação de soluções mais eficazes e abrangentes para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da população.

Quadro 13: Programas implementados pelo governo municipal em parceria com o Governo Federal em Curuá em 2020

Sala verde	Não
Programa de educação ambiental e agricultura familiar – PEAAF	Não
Etapa municipal da conferência nacional de meio ambiente	Não
Coletivo educador	Não
Circuito tela verde	Não
Educação ambiental no plano de gestão integrada de resíduos sólidos – PGIRS	Não

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

A ausência de programas e ações importantes, como a Sala Verde, o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF), a Etapa Municipal da Conferência Nacional de Meio Ambiente, o Coletivo Educador, o Circuito Tela Verde e a inclusão da Educação Ambiental no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) no município de Curuá, conforme os dados apresentados, aponta para uma deficiência significativa nas políticas ambientais e de sustentabilidade no município.

Essas iniciativas são fundamentais para promover a conscientização ambiental, a educação para a sustentabilidade e o desenvolvimento rural sustentável. A Sala Verde, por exemplo, é uma plataforma que visa estimular a educação ambiental e a integração de ações educativas relacionadas ao meio ambiente. O Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) é essencial para capacitar e conscientizar os agricultores sobre práticas agrícolas sustentáveis e suas implicações ambientais.

A falta de ações como a realização da Etapa Municipal da Conferência Nacional de Meio Ambiente também limita o envolvimento da comunidade nas discussões e decisões sobre as

políticas ambientais locais, o que é um passo fundamental para garantir a participação social e a efetividade das políticas públicas.

Além disso, o Circuito Tela Verde é uma ação voltada para a promoção de filmes e documentários que tratam de temas ambientais, podendo ser uma ferramenta poderosa para sensibilizar e educar a população sobre questões ambientais de relevância global e local. A integração da educação ambiental no PGIRS é igualmente crucial para garantir que a gestão dos resíduos sólidos seja conduzida de forma sustentável e eficaz, minimizando impactos ambientais negativos.

A implementação de programas realizados pelo governo federal é uma oportunidade estratégica para melhorar a qualidade de vida da população, especialmente das famílias carentes nos municípios. Esses programas oferecem recursos e suporte técnico, além de garantir acesso a direitos fundamentais, como educação, saúde, habitação e segurança alimentar. Por meio da parceria entre o governo federal e os municípios, é possível fortalecer as políticas públicas locais e promover o desenvolvimento social de forma mais ampla e integrada.

No entanto, conforme os dados apresentados, o município de Curuá não conta com programas de implementação em parceria com o governo federal, o que representa uma lacuna significativa na gestão municipal. A ausência dessas parcerias impede que o município aproveite os recursos e as oportunidades de apoio técnico e financeiro oferecidos pelo governo federal para combater a pobreza, melhorar as condições de infraestrutura e promover o bem-estar das famílias mais vulneráveis.

Esses programas federais são fundamentais para garantir a inclusão social, promover o desenvolvimento econômico local e reduzir desigualdades. A falta de implementação de programas de parceria com o governo federal em Curuá evidencia uma falha na capacidade de articulação do município com o governo federal, o que compromete o acesso a recursos essenciais para a melhoria das condições de vida da população.

A falta desses programas e ações no município de Curuá em 2020 representa uma oportunidade desperdiçada de promover a conscientização e a implementação de práticas sustentáveis em várias frentes. A gestão municipal deve buscar integrar essas ações em suas políticas públicas, a fim de fomentar um desenvolvimento mais sustentável e responsável em relação ao meio ambiente, e garantir a participação ativa da população nas questões ambientais.

3.7. Gestão de riscos e desastres em Curuá em 2020

Embora as mudanças climáticas e fenômenos climáticos extremos, como tempestades e enchentes, representem uma ameaça crescente à região Amazônica, os dados apresentados pelo

Munic (2020) indicam que o município de Curuá, até aquele momento, não foi diretamente afetado por alagamentos ou processos erosivos acelerados nos últimos quatro anos. Esses resultados são um alívio em termos de impactos ambientais imediatos, pois alagamentos e processos erosivos podem causar grandes prejuízos às infraestruturas locais, à agricultura e, principalmente, à vida da população.

No entanto, é importante considerar que a ausência de eventos como alagamentos e erosões em um período recente não significa que o município esteja imune aos efeitos das mudanças climáticas no futuro. A região amazônica, por ser altamente vulnerável a fenômenos climáticos, precisa de uma gestão proativa e uma preparação adequada para mitigar riscos ambientais. Embora o município de Curuá não tenha enfrentado esses problemas nos últimos anos, é fundamental que o planejamento urbano e a gestão ambiental sejam contínuos e atualizados, incorporando medidas de prevenção e adaptação para situações como alagamentos e erosões em um contexto de mudanças climáticas cada vez mais imprevisíveis.

O monitoramento constante das condições climáticas, o fortalecimento das infraestruturas de drenagem e a implementação de práticas de manejo sustentável do solo são essenciais para garantir que o município esteja preparado para enfrentar possíveis adversidades ambientais no futuro. A conscientização da população sobre os riscos ambientais e o desenvolvimento de planos de contingência também são fundamentais para reduzir os danos causados por eventos climáticos extremos, caso ocorram em anos posteriores.

Quadro 14: Ocorrências de alagamentos e processos erosivos em Curuá em 2020

O município foi atingido por alagamentos nos últimos 4 anos	Não
O município foi atingido por processo erosivo acelerado nos últimos 4 anos	Não

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Em 2018, o município de Curuá enfrentou os impactos devastadores das inundações, um evento climático que afetou tanto a zona urbana quanto as regiões ribeirinhas. Como resultado, a cidade recebeu recursos para ações emergenciais, que foram investidos em infraestrutura e serviços essenciais para mitigar os danos causados pelas enchentes. A atuação da Defesa Civil foi crucial nesse contexto, realizando visitas de monitoramento e confirmando a extensão dos alagamentos, que comprometeram a mobilidade, a segurança e a saúde da população local.

Embora o quadro apresentado indique que o município foi afetado por enchentes ou inundações graduais nos últimos quatro anos, o evento de maior impacto foi o ocorrido em 2018. Esse tipo de inundação pode ser particularmente prejudicial em regiões como a de Curuá, que é vulnerável a fenômenos naturais, dada sua localização ribeirinha e as características da

região amazônica. O impacto das enchentes em 2018 provavelmente gerou grandes prejuízos econômicos e sociais para as famílias afetadas, além de exigir uma resposta rápida do poder público para a recuperação da infraestrutura e a assistência às vítimas.

O investimento em ações emergenciais, como a construção de equipamentos de infraestrutura e a oferta de serviços essenciais, foi fundamental para mitigar os impactos imediatos dessa tragédia. No entanto, é importante que o município de Curuá, além das medidas de resposta rápida, implemente políticas de prevenção e adaptação a esses fenômenos climáticos, como a construção de sistemas de drenagem mais eficientes, o planejamento urbano adequado para áreas de risco e o fortalecimento das ações da Defesa Civil para situações de emergência.

A ocorrência dessas inundações em 2018 também reforça a necessidade de um planejamento contínuo e estruturado, que leve em consideração a vulnerabilidade climática da região e a intensificação dos eventos extremos devido às mudanças climáticas. Portanto, é fundamental que o município de Curuá invista em medidas preventivas e na capacitação de sua população e autoridades locais, visando reduzir os danos causados por enchentes futuras e aumentar a resiliência da cidade frente a esses eventos.

Quadro 15: Ocorrências de enchente ou inundação gradual em Curuá em 2020

O município foi atingido por enchentes ou inundações graduais nos últimos 4 anos	Sim
Em que ano aconteceu a enchente ou inundação gradual de maior impacto para o município	2018

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

As enchentes e inundações graduais, como as que ocorreram em Curuá, refletem a vulnerabilidade das cidades ribeirinhas da Amazônia, especialmente durante o período chuvoso. O município de Curuá, localizado às margens do rio de mesmo nome, está naturalmente exposto a esse tipo de evento, o que torna ainda mais urgente a necessidade de um sistema de gestão eficaz para minimizar os impactos dessas ocorrências.

Conforme os dados da Munic (2020), o município foi afetado por enchentes nos últimos quatro anos, com o evento de maior impacto ocorrendo em 2018. A Defesa Civil tem sido uma peça fundamental na resposta a esses desastres, disponibilizando recursos para ações emergenciais e auxiliando na recuperação das áreas afetadas. No entanto, apesar da resposta rápida e da disponibilidade de recursos, a recorrência de enchentes, enxurradas e alagamentos revela a fragilidade do sistema de drenagem urbana e a falta de um planejamento eficaz para mitigar esses riscos no longo prazo.

A precariedade do sistema de drenagem é um fator-chave que agrava os impactos das enchentes. A drenagem inadequada nas áreas urbanas de Curuá dificulta o escoamento das águas da chuva, resultando em alagamentos e transtornos para a população. Além disso, a falta de uma análise aprofundada da vulnerabilidade local e a ausência de ações preventivas adequadas tornam a cidade ainda mais suscetível a eventos climáticos extremos, exacerbados pelas mudanças climáticas.

É essencial que o município de Curuá invista em políticas de gestão de risco, com um foco específico na melhoria da infraestrutura urbana, como o sistema de drenagem, além de adotar práticas de planejamento territorial que considerem os riscos ambientais e climáticos. A implementação de sistemas de alerta precoce, o fortalecimento da Defesa Civil, a conscientização da população sobre os riscos e as melhores práticas para lidar com inundações, e a construção de soluções sustentáveis para a drenagem urbana são medidas fundamentais para aumentar a resiliência da cidade frente aos fenômenos climáticos.

Quadro 16: Ocorrências de enxurrada ou inundação brusca em Curuá em 2020

O município foi atingido por enchentes ou inundações graduais nos últimos 4 anos	Sim
O município foi atingido por enxurradas ou inundações bruscas nos últimos 4 anos	Não

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Conforme os dados da Munic (2020), o município de Curuá não foi afetado por enxurradas ou inundações bruscas nos últimos quatro anos, o que indica que, apesar da vulnerabilidade do município devido à sua localização ribeirinha, o município conseguiu evitar eventos de maior intensidade ou de natureza mais súbita, como as enxurradas. No entanto, a ausência de registros sobre erosão ou deslizamentos de encostas nos últimos anos não significa necessariamente que o município esteja imune a esses fenômenos, pois podem ocorrer de maneira gradual e não ser devidamente reportados ou identificados pelas autoridades locais.

Apesar de não haver evidências concretas de erosão ou deslizamentos, é importante destacar que as regiões ribeirinhas da Amazônia, como Curuá, são naturalmente vulneráveis a esses tipos de processos ambientais, principalmente devido à dinâmica das chuvas e à alteração do uso do solo. O processo de erosão e os deslizamentos de encostas podem ser intensificados por práticas inadequadas de uso da terra, desmatamento e construção em áreas de risco, o que pode ser um desafio para a gestão municipal.

Além disso, o risco de erosão nas margens dos rios e de deslizamentos em áreas de encostas continua a ser uma preocupação importante em qualquer região sujeita a variações

climáticas, como é o caso de Curuá. Mesmo sem registros significativos desses eventos nos últimos quatro anos, o município deve estar atento à necessidade de implementar medidas de monitoramento, prevenção e recuperação de áreas afetadas por processos erosivos.

A ausência de ocorrências dramáticas nos últimos anos não deve ser um fator que minimize a importância de um planejamento urbano e ambiental robusto. A cidade precisa investir em programas de proteção e recuperação de áreas vulneráveis, como o reforço das margens dos rios, a promoção de práticas agrícolas sustentáveis e a conscientização da população quanto aos riscos ambientais. A falta de registros de erosão e deslizamento pode ser uma oportunidade para prevenir futuros problemas, ao invés de uma indicação de que o município está livre desses riscos.

Quadro 17: Ocorrências de escorregamento ou deslizamento de encosta em Curuá em 2020

O município foi atingido por escorregamentos ou deslizamentos de encostas nos últimos 4 anos	Não
Ano em que aconteceu o escorregamento ou deslizamento de encosta de maior impacto para o município	2018

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

A ausência de escorregamentos ou deslizamentos de encosta nos últimos quatro anos, conforme os dados do Quadro 17, sugere que Curuá não enfrentou esse tipo de desastre nos períodos mais recentes, mas, como apontado, o município foi afetado em 2018, o que reforça a necessidade de ações preventivas. Embora o município tenha sido atingido por escorregamentos ou deslizamentos em um evento passado, o risco desses fenômenos ainda existe, especialmente devido à sua localização e à dinâmica de chuvas fortes na região.

Além disso, a precariedade do sistema de drenagem urbana é um fator crucial que contribui para as enchentes, inundações, enxurradas e alagamentos durante o período chuvoso. O sistema de drenagem insuficiente impede o escoamento adequado da água da chuva, exacerbando os impactos de eventos climáticos, especialmente em áreas urbanas e ribeirinhas.

No entanto, o município de Curuá parece limitar suas abordagens de planejamento a instrumentos básicos, como a Lei de Uso e Ocupação do Solo, que, apesar de importante, não é suficiente para enfrentar de maneira eficaz os riscos de desastres naturais. A legislação que trata do uso do solo deve ser complementada por políticas mais robustas de gestão de riscos e desastres, que envolvem um planejamento integral e a utilização de critérios específicos para a gestão de riscos, como os relacionados a enchentes, deslizamentos e outros desastres.

A gestão de risco e desastre, conforme os procedimentos e critérios estabelecidos pelas autoridades estaduais e federais, é essencial para permitir que o município se prepare de forma mais eficaz para possíveis situações de emergência ou calamidade pública. Para tanto, seria

fundamental que o município de Curuá adotasse uma abordagem mais proativa, abrangendo o desenvolvimento de um plano de gestão de riscos mais detalhado e a implementação de medidas específicas para a prevenção de desastres, incluindo a recuperação e preservação de áreas vulneráveis e a melhoria da infraestrutura urbana, como sistemas de drenagem e contenção de encostas.

Além disso, a gestão de riscos deve ser integrada a outras políticas públicas, como a educação ambiental e o envolvimento da população em práticas de prevenção, o que poderia fortalecer a resiliência da cidade frente a eventos climáticos extremos. É imprescindível que o município amplie suas ações para além da legislação de uso e ocupação do solo, adotando um conjunto de medidas de prevenção, monitoramento e resposta a desastres naturais.

Quadro 18: O município possui como instrumento de planejamento de gestão de riscos e desastres em 2020

Plano municipal de redução de riscos	Não
Plano diretor que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas	Não
Lei de uso e ocupação do solo que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas	Sim
Lei específica que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas	Não

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Com base nas informações fornecidas na tabela, é possível afirmar que o município de Curuá, localizado na região ribeirinha da Amazônia, tem enfrentado desafios significativos relacionados a fenômenos climáticos, como enchentes e alagamentos, que têm sido recorrentes nos últimos anos. De acordo com os dados de 2020, o município foi atingido por enchentes graduais nos últimos quatro anos, com o evento de maior impacto ocorrendo em 2018, quando o município enfrentou alagamentos tanto na zona urbana quanto nas áreas ribeirinhas, o que exigiu a atuação da Defesa Civil para a construção de equipamentos de infraestrutura e a prestação de serviços essenciais à população afetada.

No entanto, apesar das ocorrências de enchentes graduais, o município não registrou escorregamentos ou deslizamentos de encostas nos últimos quatro anos, segundo os dados apresentados. O evento de maior impacto relacionado a deslizamentos ocorreu também em 2018. Essa situação destaca a necessidade de um planejamento mais eficaz para a gestão de riscos naturais, especialmente em uma área tão vulnerável às variações climáticas e ao uso inadequado do solo.

Além disso, a falta de um sistema de drenagem urbana adequado tem contribuído significativamente para os problemas enfrentados pela população de Curuá durante o período chuvoso. A drenagem insuficiente agrava as enchentes, alagamentos e enxurradas, comprometendo a infraestrutura urbana e afetando diretamente a qualidade de vida dos habitantes. O município, até 2020, não implementou ações específicas ou programas voltados para a melhoria dessa infraestrutura, o que representa uma lacuna significativa na gestão de riscos e desastres.

Embora o município conte com a Lei de Uso e Ocupação do Solo, que visa regular as construções e proteger as áreas de risco, essa legislação não é suficiente para lidar de maneira abrangente com os desastres naturais. A falta de um planejamento integrado, que envolva ações preventivas, como a melhoria do sistema de drenagem, o monitoramento das áreas vulneráveis e a capacitação da população para lidar com eventos climáticos extremos, limita a capacidade do município de enfrentar essas situações de forma eficiente.

3.8. Covid-19 desastres em Curuá em 2020

O enfrentamento da pandemia de COVID-19 foi um dos maiores desafios para a saúde pública em todo o mundo, e o município de Curuá não foi exceção. A Prefeitura Municipal adotou diversas medidas de proteção e prevenção para combater a disseminação do vírus, incluindo ações como a desinfecção de bairros, a imposição do uso obrigatório de máscaras e a distribuição de máscaras para a população. Além disso, um Comitê de Enfrentamento ao COVID-19 foi criado com o objetivo de coordenar as ações no município e desenvolver medidas de preservação e segurança para a população.

Foram divulgados decretos para incentivar o isolamento social e manter a população em casa, conforme as orientações das autoridades de saúde. No entanto, apesar das articulações e medidas adotadas, Curuá registrou um índice preocupante no que diz respeito ao cumprimento das recomendações de isolamento. De acordo com dados divulgados pelo G1 (globo.com) em 26 de julho de 2020, o município entrou no ranking das cidades com o pior índice de isolamento social do Estado do Pará, segundo levantamento realizado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará. O município registrou alta desobediência às orientações para o distanciamento social, o que representou um desafio adicional para o controle da pandemia.

Figura 5: Reunião do Comitê de crise decide mudanças de restrições do combate à pandemia.



Fonte: ASCOM Transparência, 2021. [Reunião do Comitê de crise decide mudanças de restrições do combate à pandemia – Prefeitura Municipal de Curuá.](#)

Apesar das dificuldades e das medidas de enfrentamento adotadas, uma lacuna significativa foi identificada: o município não desenvolveu um planejamento adequado para garantir a continuidade de serviços essenciais à população por meio de plataformas digitais. A falta de estratégias para a implementação de serviços online dificultou o acesso a diversos serviços públicos durante a pandemia, principalmente para a população que não pôde se deslocar devido às restrições de mobilidade impostas pelos decretos.

O episódio evidencia a necessidade urgente de o município de Curuá aprimorar sua infraestrutura digital e adotar tecnologias que possibilitem a prestação de serviços públicos de forma remota, garantindo o acesso à informação, saúde e educação, especialmente em situações de emergência como a pandemia de COVID-19. Além disso, é importante reforçar a importância de um planejamento mais eficaz para combater a resistência da população a medidas de isolamento, com estratégias de conscientização, incentivo ao cumprimento das orientações sanitárias e a criação de alternativas viáveis para que os serviços essenciais sejam acessados de maneira segura.

Quadro 19: Ações realizadas durante a pandemia da covid-19 em Curuá em 2020.

Realizou a desinfecção de bairros e locais públicos do município	Sim
Adotou o uso obrigatório de máscaras em transportes públicos, locais públicos e comércios.	Sim
Recomendou o uso de máscaras em transportes públicos, locais públicos e comércios.	Sim
Distribuiu máscaras para a população em locais públicos	Sim
Ampliou os serviços on-line para atender a população	Não

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

A pandemia de COVID-19 exigiu uma reconfiguração das políticas de saúde pública em todos os municípios, e Curuá, como muitas outras cidades, precisou adotar medidas urgentes para proteger sua população e conter a disseminação do vírus. Entre as ações implementadas

pela Prefeitura de Curuá, destacam-se a desinfecção das áreas urbanas e a adoção do uso obrigatório de máscaras, uma medida crucial para reduzir a transmissão do vírus. Além disso, o município tomou a iniciativa de distribuir máscaras para a população, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade, garantindo que todos tivessem acesso a esse item essencial de proteção.

Essas ações refletiram uma tentativa de adequação às diretrizes de saúde pública, alinhando-se às recomendações dos órgãos de saúde estadual e federal. Porém, como em muitas outras localidades, a implementação de medidas de enfrentamento foi um grande desafio, exigindo não apenas infraestrutura e recursos, mas também um esforço contínuo de conscientização e engajamento da comunidade local.

Embora Curuá tenha adotado ações importantes para combater a pandemia, a situação de vulnerabilidade social e as dificuldades de acesso a recursos e serviços tecnológicos limitaram a eficácia de algumas medidas. Isso deixou claro que, além de estratégias de saúde imediatas, é fundamental que os municípios invistam em sistemas de saúde pública mais preparados para enfrentar emergências sanitárias, incluindo uma infraestrutura que possibilite o atendimento remoto e o fornecimento contínuo de serviços essenciais à população, como saúde, educação e assistência social, durante períodos de restrições de mobilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gerenciar um município é uma tarefa complexa que exige uma abordagem planejada e estruturada, de modo a garantir a efetividade das políticas públicas e a implementação dos serviços necessários à população. A análise da gestão municipal de Curuá, com base nos dados apresentados, evidencia a necessidade urgente de um planejamento estratégico e participativo, que envolva ativamente a sociedade local. As variáveis observadas no levantamento de 2020 indicam que a administração municipal carece de uma melhoria significativa na qualidade de gestão institucional, que se reflete em diversos setores da administração pública.

No que tange à política da Secretaria de Agricultura e Pesca, é evidente que o município precisa desenvolver planos e programas mais robustos, que promovam uma atuação integrada com a população rural, além de buscar parcerias mais eficazes com o Estado para garantir recursos necessários ao fortalecimento da agricultura familiar e das práticas sustentáveis. A gestão do município se fragiliza quando não utiliza de maneira eficiente os mecanismos disponíveis para acessar recursos estaduais e federais, o que limita o alcance e a implementação de políticas públicas essenciais.

Outro aspecto crucial identificado na análise diz respeito à política habitacional. Embora existam programas habitacionais em parceria com o Estado, é imprescindível que o município busque otimizar esses programas e ampliá-los, de forma a garantir o acesso da população aos direitos básicos de moradia. A moradia é um direito fundamental e, portanto, deve ser uma prioridade nas ações de gestão municipal.

Em relação à transparência e à gestão de recursos, observa-se que o Portal da Transparência do município de Curuá apresenta deficiências significativas. A falta de informações completas e atualizadas compromete a confiança da população na administração pública e dificulta a realização de estudos mais aprofundados sobre a alocação e o uso dos recursos municipais. O aprimoramento da transparência e o fortalecimento da gestão financeira são aspectos fundamentais para garantir maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Por fim, é possível concluir que a capacidade de gestão do município de Curuá ainda apresenta uma progressão lenta, refletindo a necessidade de um reforço na capacitação administrativa e no desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes. O fortalecimento da capacidade de gestão é um fator determinante para o avanço das políticas públicas e o desenvolvimento regional, especialmente nas áreas de infraestrutura, saúde, educação, habitação e agricultura. Portanto, é imprescindível que a administração municipal invista na reformulação de suas políticas, no planejamento estratégico e na ampliação das ações

governamentais com o objetivo de promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável para toda a população de Curuá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; DEMARCO, Diogo Joel; GRIN, Eduardo José. **Capacidades estatais em governos subnacionais: dimensões teóricas e abordagens analíticas**. In: GRIN, Eduardo José; DEMARCO, Diogo Joel; ABRUCIO, Fernando Luiz. Capacidades estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2021.

AGUIAR, Rafael Barbosa de; LIMA, Luciana Leite. Capacidade estatal: definições, dimensões e mensuração. **Bib: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais**. São Paulo, SP. N. 89 (ago. 2019), p. 1-28, 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Curuá (PA)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/curua.html>. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Uma reforma gerencial da administração pública no Brasil**. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 49, n. 1, p. 5-42, jan.-mar. 1998.

COSTIN, Claudia. *Gestão pública: carreira e profissionalização* [arquivo PDF]. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. Arquivo disponível localmente em: [file:///C:/Users/80fab/Downloads/Administracao Publica Claudia Costin.pdf](file:///C:/Users/80fab/Downloads/Administracao%20Publica%20Claudia%20Costin.pdf). Acesso em: 29 abr. 2025.

CINGOLANI, Luciana. O Estado da Capacidade Estatal: uma revisão de conceitos, evidências e medidas. 2013.

CHAVES, Marcelo Santos. **Perfis econômicos vocacionais dos municípios paraenses: Curuá (PA), Baixo Amazonas**. 2021.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria Geral da Administração. Abordagens prescritivas e normativas da administração**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 1997.

CURUÁ. **Câmara Municipal de. Curuá (PA) – Mapa**. Disponível em: <https://cmcurua.pa.gov.br/o-municipio/curua-pa-mapa/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

CURUÁ. CÂMARA MUNICIPAL DE. **Plano Plurianual (PPA)**. Disponível em: <https://cmcurua.pa.gov.br/portal-da-transparencia/plano-plurianual-ppa/>. Acesso em: 14 mar. 2025.

CURUÁ. PREFEITURA MUNICIPAL DE. **Plano Plurianual 2022-2025**. Disponível em: <https://curua.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/PPA-2022-2025.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.

CURUÁ. PREFEITURA MUNICIPAL DE. **Reunião do Comitê de crise decide mudanças de restrições do combate à pandemia**. ASCOM Transparência, 2021. Disponível em: <https://curua.pa.gov.br/comite-de-crise-reune-para-decidir-sobre-mudancas-de-algumas-restricoes-do-combate-a-pandemia/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

FERREIRA, Magali da Silva. *A formação histórica da Administração Pública*. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Faculdade de Educação

e Meio Ambiente (FEMANET), Ariquemes, RO, 2010. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/1011260016.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2025.

FERNANDES, OTÁVIO ALBERTO TORRETI. **GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI. Fundação Educacional do Município de Assis, Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis Campus “Jose Santilli Sobrinho, 2013.**

GOMES, Lucinda Pimentel. **História da Administração. Informativo Mensal do CRA/CE, CRA em Ação**, ano 1, nº 07 de agosto/setembro, 2005.

GRIN, Eduardo José; DEMARCO, Diogo Joel; ABRUCIO, Fernando Luiz. **Capacidades estatais em governos subnacionais: dimensões teóricas e abordagens analíticas**. In: GRIN, Eduardo José; DEMARCO, Diogo Joel; ABRUCIO, Fernando Luiz. *Capacidades estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro [recurso eletrônico]*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2021.

IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/curua/pesquisa/1/94413>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. Volume 2. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1986. Editor-chefe: Antônio Houaiss.

FAPESPA; FAMEP. *Perfis Econômicos Vocacionais dos Municípios Paraenses*. Belém: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, 2021. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

FAPESPA – Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. Estatística Municipal Curuá 2023. Elaboração, edição e distribuição: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - Fapespa. Disponível em: [Curuá – pev](#) Acesso em: janeiro 2025.

FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JÚNIOR, Jorge Pinto de; RIBEIRO, Carlos Eduardo. Entendendo a Contabilidade Orçamentária aplicada ao setor público. **Editora Gestão Pública, Brasília**, 2015.

FIGUEIREDO, D. Participação cidadã e controle social: desafios para a democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 87-104, 2002.

JACÓ, Ana Marcela Santos; CASTRO, Emiliane da Silva; LIMA, Leiliana da Silva. **O controle social na gestão pública**. 2014.

JARDIM, José Maria. **Capacidade governativa, informação e governo eletrônico**. 2000.

LEVY, Evelyn. **Desafios contemporâneos à gestão pública**. In: Tópicos essenciais sobre gestão pública. p. 43, 2016.

LIMA, S. M. de. O controle interno como ferramenta de gestão pública municipal: um estudo de caso na Prefeitura Municipal de São Vicente Férrer. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/14632>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MANARA, Maria Elisabete; NESPOLO, Daniele; BALEEIRO DE SÁ ADAMI, Roberta; DI DOMÊNICO, Diego; BERTUOL RAMOS, Daniel. **A importância do orçamento público: estudo de caso do município de Pinto Bandeira**. Anais da XVII Mostra de Iniciação Científica, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, 27-28 out. 2017, Caxias do Sul. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2017. p. 1-15.

MANUAL DO LIVRO. *Resumo: A Arte da Guerra – Princípios de Sun Tzu*. 2025. Disponível em: <https://manualdolivro.com.br/glossario/resumo-arte-da-guerra-principios-sun-tzu/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MARTINELLI, Rodrigo Macedo. **Orçamento Público: Um Estudo de Caso da Prefeitura do Município de Barretos/SP**, 2015. Acesso em: outubro de 2016.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2009.

MELO, F. C. L. de. Modernização da gestão pública municipal: da burocratização à inovação nos processos. *Latin American Journal of Business Management*, v. 6, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www.lajbm.com.br/index.php/journal/article/view/232>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MENEZES, Carol. **Governo entrega terminal hidroviário de Curuá no Baixo Amazonas**. Agência Pará, 11 nov. 2020. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/23343/governo-entrega-terminal-hidroviario-de-curu-no-baixo-amazonas>. Acesso em: 16 jan. 2025.

OLIVEIRA, Emerson Ademir Borges de; CARDOSO, Guilherme Moraes. **As bases da capacidade governativa e a imprescindibilidade da inserção popular**. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 128, 2024.

PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. **Revista de sociologia e política**, v. 58, pág. 121-143, 2016.

PEREIRA, A. M. M.; LIMA, L. D. D.; MACHADO, C. V. **Descentralização e regionalização da política de saúde: abordagem histórico-comparada entre o Brasil e a Espanha**. *Ciência & saúde coletiva*, v. 23, p. 2239-2252, 2018. Editora Planalto, 2007.

PEREIRA, L. C. B. **Exposição no Senado sobre a reforma da administração pública**. Disponível em: https://www.academia.edu/9047013/Administracao_Publica_Claudia_Costin?auto=download. Acesso em: 31 mar. 2025.

PEREIRA, L. L.; FREITAS, E. R.; DE CAMPOS MELO, J. A. C.; CAMPOS, M. **Desafios na gestão da comunicação organizacional pública: o caso da Prefeitura Municipal de Rio Paranaíba-MG**. *Revista Expectativa*, v. 23, n. 3, p. 127-144, 2024.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter Kevin. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Editora FGV, 2015.

RAMOS, Jorge Luiz Rocha Reghini. **A administração pública no Brasil e os desafios da gestão pública contemporânea: o sistema de planejamento e orçamento federal.** 2014. [s.l.], [s.n.], 2014. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/handle/1/745>. Acesso em: 31 mar. 2025.

RESENDE, D. N. de. A descentralização da gestão pública municipal: desafios e perspectivas. *Revista do Serviço Público*, v. 55, n. 4, p. 397-415, 2004. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/handle/1/1445>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SANDRONI, Paulo. **Economia e política descolaram-se?** GV-EXECUTIVO, v. 16, n. 5, p. 58-58, 2017.

SANTANA, J. V.; SAKATAUSKAS, G. D. L. B.; HOLANDA, A. C. G.; RIBEIRO, T. D. **S. Política habitacional em pequenos municípios paraenses: inadequação.** O Social em Questão, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 23-44, set./dez. 2018. Disponível em: https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_42_SL_3.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política.* São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **Governabilidade, governança e capacidade governativa: algumas notas.** In: Governabilidade, governança e capacidade governativa: algumas notas. 1996. p. 14-14.

SILVA, A. L. C.; LEAL, R. P. C. (Org.). **Governança corporativa: evidências empíricas no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Fábio Carlos da; BELÉM, Nirvia Ravena (Orgs.). **Formação institucional da Amazônia.** Belém: NAEA, 2015.

SOUZA, Celina; GRIN, Eduardo José. **Desafios da federação brasileira: descentralização e gestão municipal.** In: GRIN, Eduardo José; DEMARCO, Diogo Joel; ABRUCIO, Fernando Luiz. Capacidades estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2021.

SOUZA, Márcio Ivan Lopes Ponte de; BOTELHO, Marcel do Nascimento; CHAVES, Marcelo Santos. **Perfis econômicos vocacionais dos municípios paraenses: Curuá (PA), Baixo Amazonas.** 2021.

SOSTMEIER, Patrícia. Planejamento e aplicação do orçamento no governo municipal. 2012.

PALOTTI, Pedro Lucas de Moura. Relações intergovernamentais e descentralização: uma análise da implementação do SUAS em Minas Gerais. 2008.


TORRETI FERNANDES, Otávio Alberto. **Gestão Pública Municipal: Os desafios do Século XXI.** 2013. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Pública) - Fundação Educacional do Município de Assis FEMA, Assis, 2013.

VIEIRA, Vanessa Moraes. **A importância do orçamento público: uma análise geral sobre seus principais aspectos e o despertar da consciência cidadã**. Porto Alegre/RS, 2011.


XEREZ, Sebastião A. **A evolução do orçamento público e seus instrumentos de planejamento**. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXIII, nº. 000043, 01/11/2013. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/evolucao-do-orcamento-publico-e-seus-instrumentos-de-planejamento>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL


No decimo sexto dia do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, às 15h30, realizou-se a Defesa Pública no auditório da UFOPA Campus Alenquer, da Monografia da acadêmica **Caroline Brito da Rocha** (matrícula: 2021015804), intitulada Gestão pública municipal: uma ênfase nas capacidades governativas em Curuá – Pará sob orientação do Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros que compôs a banca examinadora com os professores: Prof^ª. Dr^ª Márcia Janete da Cunha Costa (UFOPA – Santarém) e Prof. Msc. Gabriel Augusto Nogueira dos Santos (NAEA/UFPA). O presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca e do discente e atribuiu o tempo de vinte a vinte e cinco minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se as considerações e arguição da banca e as respostas do discente. Posteriormente, a comissão reuniu-se para deliberar e apresentou o parecer final com a nota 9,5 atribuindo 20 dias para que o discente entregue a versão final corrigida na biblioteca. Nada mais havendo a tratar, eu, Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros, lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca.

Documento assinado digitalmente
 **MARCIO JUNIOR BENASSULY BARROS**
Data: 21/05/2025 12:01:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros (Orientador) -----

Documento assinado digitalmente
 **MARCIA JANETE DA CUNHA COSTA**
Data: 17/04/2025 13:51:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª Márcia Janete da Cunha Costa (UFOPA) -----

Documento assinado digitalmente
 **GABRIEL AUGUSTO NOGUEIRA DOS SANTOS**
Data: 17/04/2025 15:43:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Msc. Gabriel Augusto Nogueira dos Santos (NAEA/UFPA) -----

Documento assinado digitalmente
 **CAROLINE BRITO DA ROCHA**
Data: 17/04/2025 15:53:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Caroline Brito da Rocha -----